

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Parecer contra até do governo	4
Título: Deputados fazem denúncia à Procuradoria-Geral	10
Título: Um oásis de biodiversidade na floresta remota	11
Título: O mundo encantado de Michel Temer	14

Folha de S. Paulo

Título: Decreto da mineração expõe bagunça do Planalto	26
Título: Mudança em usinas da Eletrobras renderá metade do previsto	28

Valor Econômico

Título: Usinas da Eletrobras devem render menos de R\$ 10 bi ao governo, projeta ministério	36
Título: Decreto favorece grilagem e garimpo ilegal na reserva, afirmam ambientalistas	42
Título: Governo deve engavetar mineração em fronteira	43
Título: Aneel veta participação do Bertin no setor por dois anos	51

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Parecer contra até do governo	4
Título: Lei do 'direito à laje' abre caminho para grilagem	7
Título: Deputados fazem denúncia à Procuradoria-Geral	10
Título: Um oásis de biodiversidade na floresta remota.....	11
Título: O mundo encantado de Michel Temer.....	14
Título: Representação cita negligência com patrimônio nacional	15
Título: Ibama quer mais dados sobre projeto da Total	16
Título: Para alimentar usinas térmicas, Petrobras reduz óleo para navios	17
Título: OMC deve condenar subsídios do Brasil	18
Título: Notas	19
Título: Operação casada.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Eletrobrás deve render menos de R\$ 10 bilhões	21
Título: Ferrovia está na lista de acordos com chineses	22
Título: MPF move ação contra decreto que extinguiu reserva	23
Título: Risco à maior obra da ciência no País.....	24
Título: Notas	26
Título: Direto da fonte.....	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Decreto da mineração expõe bagunça do Planalto	26
Título: Mudança em usinas da Eletrobras renderá metade do previsto.....	28
Título: TCU aponta risco para meta fiscal e questiona operação BNDES-Cemig	29
Título: Renault vai produzir carro elétrico na China	30
Título: Com potencial de R\$ 2,4 bi, venda de petróleo pelo governo não anda	32
VEÍCULO: Valor Econômico	34

Título: Eletrobras: o caminho até a privatização	34
Título: Usinas da Eletrobras devem render menos de R\$ 10 bi ao governo, projeta ministério.....	36
Título: Aneel divulga minuta de edital para leilão de transmissão	38
Título: Ibama vê risco diplomático em exploração no Norte	39
Título: Veto à perfuração de poços no Amazonas preocupa setor	40
Título: Decreto favorece grilagem e garimpo ilegal na reserva, afirmam ambientalistas	42
Título: Governo deve engavetar mineração em fronteira.....	43
Título: Estudo defende duplicar investimento em infraestrutura.....	44
Título: Destruição do Harvey é desafio para setor de xisto.....	46
Título: Tempestade também ameaça refinarias na costa da Louisiana	48
Título: Destaques	49
Título: Mais dez grupos mostram interesse na Light.....	50
Título: Aneel veta participação do Bertin no setor por dois anos	51
Título: Braskem negocia acordo em ação coletiva nos EUA.....	53

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Danielle Nogueira, Marina Brandão, Lucianne Carneiro****Título: Parecer contra até do governo**

Meio Ambiente condenava extinção da Renca e alertou que projetos miram áreas preservadas.

O Ministério do Meio Ambiente elaborou uma nota técnica contrária ao fim da Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (Renca), extinta por meio de um decreto do presidente Michel Temer. O parecer da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas da pasta, ao qual o GLOBO teve acesso, emitido em 20 de junho, alerta para o "possível aumento do desmatamento associado, principalmente, aos efeitos migratórios decorrentes do projeto" na região com a liberação da área para a mineração. O documento do ministério aponta que, em 2016, havia 646 requerimentos de lavra dentro da Renca. Desses, 41 estão em terras indígenas e outros 600 aproximadamente estariam dentro de unidades de conservação. Na área da reserva mineral estão nove unidades de conservação florestal e terras indígenas.

A pasta do Meio Ambiente foi contra o primeiro decreto de Temer e o ministro Sarney Filho só entrou no assunto na segunda versão do texto. Apesar de participar "pessoalmente" da discussão do novo documento, o ministro não subscreve o texto, que é assinado pelo presidente da República e pelo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. O novo decreto foi publicado na última segunda-feira, numa tentativa do governo de minimizar as críticas com o fim da Renca.

O parecer do Ministério do Meio Ambiente afirma que é preciso manter a área da Renca proibida para a mineração "frente ao cenário de aumento do desmatamento na região como um todo e à possibilidade de abrir uma nova frente de conversão em áreas que ainda não foram afetadas de forma significativa".

GARIMPO NÃO JUSTIFICA LIBERAÇÃO

Os técnicos do ministério reconhecem que já se observa atividade de mineração na Renca, mas que isso não justifica extinguir a área: "Todavia, a existência de garimpeiros pequenos e locais não deve servir de argumento para justificar alterações no decreto que acarretam perdas ambientais. Ainda que estejamos convictos da conciliação entre produção/extração e proteção ambiental, ressaltamos que essa expansão não deve se dar sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação (exceto quando previsto no Plano de Manejo da

unidade), haja vista a importância dessas áreas de floresta para a manutenção da biodiversidade e a garantia das metas brasileiras de redução do desmatamento" diz.

O texto faz um alerta ainda para o risco de aumento da violência na região: "Além disso, a experiência recente mostra que interesses econômicos agressivos aliados à gravíssima situação fundiária da Amazônia Legal, sob a alegação de promover o desenvolvimento regional, vem motivando o aumento da violência no interior do país. Em parte, isso se deve aos modelos de crescimento econômico que não privilegiam o desenvolvimento endógeno, tampouco respeitam a autodeterminação local, e em parte devido aos conflitos pela terra gerados durante os programas de negociação e de reassentamento promovidos pelos empreendimentos"? diz o texto.

A nota técnica do Ministério do Meio Ambiente, contrária à extinção da Renca, considera que a liberação para a mineração na área tem potencial de atrair novos moradores à região rapidamente. Na avaliação dos técnicos ambientais, esse boom na migração é um dos principais fatores que podem levar ao aumento do desmatamento na área.

"Junto com a migração, motivada principalmente pela necessidade de mão de obra, cresce a demanda por serviços auxiliares, o que pode levar a necessidade de abertura de novas áreas, que fogem da alçada dos estudos de impacto ambiental. Apesar de parecer um horizonte indutor da economia local, o horizonte temporal desses benefícios é relativamente curto, tanto é que na etapa de licenciamento são exigidos os planos de fechamento e a elaboração de programas de diversificação da economia municipal ou regional"? diz o texto.

RISCO EM ÁREA EQUIVALENTE A PORTUGAL

O documento lembra que o Brasil conseguiu reduzir em 60% o desmatamento na Amazônia Legal em relação a 2005. Os resultados representam um potencial de captação de recursos internacionais, desde que seja possível assegurar a permanência desses resultados, apontam os técnicos. Eles afirmam que as unidades de conservação e as terras indígenas são barreiras importantes contra o avanço do desmatamento.

Com nove unidades de conservação e terras indígenas, a Renca tem aproximadamente 46,5 mil quilômetros quadrados. Desses, 45,7 mil quilômetros quadrados estão cobertos por floresta e 206 quilômetros quadrados correspondem à rede hidrográfica, segundo dados anexados ao parecer.

"Observando as taxas de desmatamento recentes, verificamos baixos valores de desmatamento, totalizando 151 quilômetros quadrados nos últimos cinco anos

de monitoramento. Isso mostra que as áreas protegidas no local têm sido efetivas em conter o avanço do desmatamento" assinala o parecer.

Para Paulo Barreto, coordenador do Imazon, instituto de pesquisa sobre a Amazônia, o principal problema com o projeto é a falta de preocupação e de retorno para as áreas exploradas. Segundo ele, os maiores beneficiados são sempre governo e empresas, e não as cidades.

— A região da Renca já tem um problema grave de exploração ilegal, e o governo nunca fez nada sobre isso. Agora, o que eles estão dizendo é "como já tem garimpo, vamos liberar! Em vez de punir os culpados, eles tiram a proteção da área, sob o argumento de que vão cuidar. Mas não é isso que acontece — disse.

Barreto cita outros projetos na Amazônia e destaca que a consequência tem sido aumento de violência, invasão de terras, imigração e com pouco retorno em termos de pagamento de impostos.

Segundo Márcio Santilli, sócio-fundador do Instituto Socio-ambiental (ISA), apesar de algumas áreas da Renca possuírem planos de manejo — que preveem a possibilidade de atividades de mineração em pontos específicos da reserva —, há a preocupação de que tais regras não sejam respeitadas.

— De fato, é possível que haja extração em alguns locais preestabelecidos, mas não é isso que acontece. No DNPM (Departamento Nacional De Produção Mineral), vemos que praticamente toda a extensão da Floresta de Paru, por exemplo, que é uma das áreas mais vulneráveis da Renca, está requerida por empresas privadas. Fica a pergunta se essas áreas serão respeitadas ou se mesmo as áreas não previstas no manejo poderão ser objeto de exploração.

A polêmica sobre a Renca trouxe à tona a discussão sobre o avanço de atividades econômicas na região. Levantamento do WWF mostra que foram aprovados ou estão em tramitação no Congresso Nacional e em assembleias legislativas estaduais projetos de lei e medidas provisórias que colocam em risco áreas protegidas cuja área equivale ao tamanho de Portugal ou cerca de 80 mil quilômetros quadrados, sobretudo na Amazônia Legal.

Uma das maiores ameaças é o projeto de lei 3751/2015, que torna caducos todos os atos de criação de unidades de conservação cujos proprietários privados não foram indenizados no período de cinco anos. Cálculos preliminares do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), citados no levantamento do WWF, apontam que há 56 mil quilômetros quadrados de terras privadas ainda não indenizadas no interior de unidades de conservação federais no país. A proposta foi apresentada pelo deputado Toninho Pinheiro (PP-MG) e

aguarda deliberação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

"ÁREA DE PROTEÇÃO VIRA MOEDA DE TROCA"

Uma zona protegida prestes a sofrer revés é a Floresta Nacional do Jamanxin, no Pará, que havia sido criada para conter o desmatamento na região da BR-163. Em maio, o Congresso aprovou a MP 756, que transformava parte da floresta em área de proteção ambiental (APA). Apesar de também ser uma unidade de conservação, a APA tem critérios de uso mais flexíveis. Uma das principais diferenças entre uma floresta nacional e uma área de proteção ambiental é que a primeira permite apenas a presença de populações tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas no seu limite devem ser desapropriadas. Já a APA admite maior grau de ocupação humana e existência de área privada.

No entanto, a má repercussão da aprovação da MP levou o presidente Michel Temer a vetar a MP em junho. Na mesma ocasião, Temer vetou parcialmente a MP 758, que alterava os limites do Parque Nacional do Jamanxim, para dar passagem à Estrada de Ferro 170, também chamada de Ferrogrão, em fase de construção no Pará. No mês seguinte, porém, o Executivo enviou ao Congresso projeto de lei com objetivo de alterar os limites da Floresta do Jamanxim. Com as emendas de parlamentares, o ICMBio estima que a floresta vai perder quase 8 mil quilômetros quadrados de área, mais do que a MP previa.

— A redução de áreas protegidas não é novidade no Brasil, mas esse processo se acelerou no governo Lula. O governo Temer fez disso uma procissão. Para ganhar apoio no Congresso, as áreas de proteção ambiental viraram moeda de troca. Isso afeta, sobretudo, a Amazônia Legal, que compreende não apenas a Floresta Amazônica, mas áreas de transição em estados limítrofes — afirma Jayme Gesisky, especialista em políticas públicas do WWF.

Para Luiz Jardim, professor da Uerj e integrante do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, o caso de Jamanxin mostra que o governo aceita flexibilizar unidades de conservação: Isso indica que, numa eventual exploração mineral na Renca, não hesitaria em diminuir (áreas de proteção).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Lucia Azevedo

Título: Lei do 'direito à laje' abre caminho para grilagem

Perda com ocupações na Amazônia Legal soma R\$ 19 bi, diz especialista.

Do Oiapoque ao Chuí, cidade e campo, floresta e praia, nada fica de fora de uma nova lei fundiária que organizações ambientais e de urbanismo consideram um dos maiores ataques a unidades de conservação e à ordenação urbana já feitos no país. A nova lei já está em vigor e cria a figura jurídica do "direito à laje", legaliza habitações insalubres, como cortiços, e invasões em parques nacionais dentro de áreas urbanas como o Parque Nacional da Tijuca (PNT). Além disso, permite tornar legais invasões de grandes áreas, com até 2.500 hectares ou um pouco mais do que três vezes o tamanho do bairro de Copacabana.

A lei que regulariza invasões de áreas públicas e ocupações de imóveis da União foi alvo de uma carta conjunta de 60 organizações não-governamentais e redes da sociedade civil entregue em julho ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Nela, as ONGs representadas pelo Observatório do Clima pedem a abertura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei 13.465, originária da Medida Provisória 759.

Sancionada pelo presidente Michel Temer em 11 de julho, ela é chamada por ambientalistas da Lei da Grilagem. Mas pode vir a se tornar também a Lei da Laje ou ainda do Cortiço. Já que cria a figura do "direito à laje" e do puxadinho e não exige habite-se.

— Essa lei promove a liquidação dos bens comuns dos brasileiros e fere a Constituição numerosas vezes. Dilapida o patrimônio da União e das gerações presentes e futuras ao ceder para particulares bens comuns. Além disso, estimula a precarização das condições de vida da população de baixa renda. Lajes e cortiços podem ser legalizados sem que seja necessária qualquer contrapartida do Estado em infraestrutura básica. O Estado lava as mãos e vira às costas a condições de vida insalubres — afirma a advogada Patrícia Cardoso, uma das especialistas em direito ambiental e urbano que deu apoio técnico ao pedido de abertura de uma Adin.

A nova lei abre caminho para legalizar as ocupações de casas pertencentes ao Jardim Botânico do Rio, de empreendimentos de condomínios e hotéis embargados, como Jurerê Internacional (Santa Catarina) e mansões condenadas à demolição às margens do Lago Paranoá, em Brasília. Ou ainda de construções dentro de unidades de conservação, como a que avança pelos limites do Parque Nacional da Tijuca, no Morro do Banco, no Itanhangá.

‘CONVITE A NOVAS INVASÕES’

Patrícia destaca que a Lei 13.465 é particularmente perigosa para o meio ambiente, em especial para a Amazônia, e toda a zona costeira do Brasil: A lei premia a grilagem e é um convite a novas invasões. As zonas costeiras ficam

particularmente vulneráveis porque a lei abre mão de uma série de exigências ambientais que hoje impedem a construção dentro de áreas protegidas.

A Lei 13.465 altera 23 leis, uma medida provisória e três decretos-lei. Tem tantas possibilidades de interpretação e brechas que transforma em incógnita de regras fundiárias o que era propriedade da União, transfere patrimônio público para propriedade privada, tanto para uso domiciliar quanto comercial. Não há conexão com os planos diretores de cidades e eles podem ser desrespeitados sem que haja punição — alerta Nelson Saule, do Instituto Pólis.

A nova lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer alegadamente para corrigir injustiças sociais e dar titularidade às terras invadidas por pessoas de baixa renda — principalmente em unidades de conservação da Amazônia. Um exemplo é o Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. Só que a lei contempla empreendimentos muito maiores, com até 2.500 hectares. E estes podem ser comprados da União por valores que vão de 10% a 50% do valor mínimo do mercado.

Pelas contas de Brenda Brito, especialista em questões fundiárias e pesquisadora do Imazon, o prejuízo à União somente com a renúncia às áreas ocupadas até 2009 na Amazônia Legal chega a R\$ 19 bilhões: — Esse valor equivale a 14 anos de orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que hoje não tem dinheiro nem para o combustível dos veículos da fiscalização do desmatamento. A lei permite legalizar sem exigir licenciamento ambiental. Abre precedentes perigosos e é um convite à grilagem e à violência no campo.

A lei oferece facilidades a quem ocupa imóveis da União. Quem invadiu propriedade da União até 22 de dezembro de 2016 pode regularizar até dois imóveis, inclusive um comercial.

Se tiver renda entre cinco e dez salários mínimos, o invasor pode pagar com sinal de 5% do valor da avaliação e financiar em até 240 meses sem juros. Já quem tiver renda familiar acima de dez salários mínimos precisa pagar 10% de sinal e parcelar em 120 meses. As pessoas de menor renda podem requerer a transferência gratuita, mas terão de cumprir uma série de exigências.

Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente e atual presidente do Conselho de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, vê na lei uma declaração de incompetência. — Não punir a grilagem, o assalto aos bens públicos e negligenciar o licenciamento ambiental não só dilapida o patrimônio comum brasileiro quanto é uma admissão da incapacidade do governo de combater crimes ambientais. O que essa lei faz é legalizar os crimes que o governo não consegue ou quer combater.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) preferiu não se manifestar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Bresciani e Eliane Oliveira

Título: Deputados fazem denúncia à Procuradoria-Geral

Representação acusa Temer e ministro de Minas e Energia de crime de responsabilidade e improbidade.

Assim como no caso da primeira versão do decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), entre o Pará e o Amapá, parlamentares da oposição decidiram fazer o possível para anular os efeitos do novo decreto. Entre as manifestações contrárias à medida, uma foi o ingresso, na Procuradoria-Geral da República (PGR), de uma representação por crime de responsabilidade e improbidade administrativa contra o presidente Michel Temer e os **ministros de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, e do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen. Os autores da representação são o líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP), e os deputados petistas Arlindo Chinalgia (SP) e Marco Maia (RS).

Além do questionamento da decisão em si, os parlamentares destacam afirmam que o ministro de Minas e Energia já tinha antecipado a decisão para empresários da área de mineração no Canadá. Coelho Filho falou sobre o tema em exposição feita naquele país durante evento em março.

"Desse modo, não apenas a edição do decreto, mas a antecipação de informações merecem uma aprofundada investigação desse Ministério Público Federal, visando à apuração de eventuais responsabilidades dos representados. É o que se espera com a presente iniciativa", afirmam os parlamentares.

RISCO AMBIENTAL

Os deputados afirmam que a perspectiva de que a exploração mineral possa trazer investimentos e mais recursos financeiros para o país não justifica o risco ambiental que pode ser criado.

"Como dito, é possível que os poderes Executivo Federal e Estadual venham a arrecadar muito com a exploração mineral dessas áreas. Sim, mas e depois? E o nosso futuro, o nosso amanhã, quando os governantes tiverem gasto todo o dinheiro arrecadado com a exploração dos recursos naturais dessas áreas? Como assegurar a higidez e a perenidade de nossos recursos naturais, de nosso patrimônio biogenético, enfim, como proteger o meio ambiente para essas e as

demais gerações? São sombrias as perspectivas com que as riquezas nacionais e naturais estão sendo tratadas pelo presidente da República e seus auxiliares diretos", destacam os petistas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Lucia Azevedo

Título: Um oásis de biodiversidade na floresta remota

Amapá se orgulhava de ser estado que menos desmata na região

O século XIX ainda não terminara quando o médico e explorador francês Jules Crevaux se tornou o primeiro ocidental a atravessar as montanhas do Tumucumaque, no Amapá, que encastelam o extremo norte do Brasil. Como tantos antes dele, buscava o mítico El Dorado. Encontrou só doenças desconhecidas, florestas quase intransponíveis e desbravou o Oiapoque.

Crevaux morreu sem ver traço do minério precioso que só a tecnologia do século XX indicou existir, mas ajudou a alimentar a febre do ouro. Uma febre que nunca desapareceu e foi renovada com a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca).

Como nos tempos de Crevaux, a expressão até onde a vista alcança não se aplica às terras da Amazônia compreendidas pela Renca, na fronteira do Pará com o Amapá. O oceano verde parece transbordar pela curvatura da Terra. Ilusão de ótica provocada pela sucessão de florestas de copa fechada que ao longe parecem uma só massa verde.

Um oceano profundo, impenetrável para Crevaux e para os satélites do Google Earth. Mesmo cravejada de pontos de ocupação — entenda-se de desmatamento — a floresta ainda domina pessoas e animais, como o faz há milhares de anos.

GARIMPOS ISOLADOS

O **ministro das Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, alega que não se trata de um paraíso. E de fato o elenco de crimes ambientais e fundiários típico da Amazônia está presente em vários pontos das unidades de conservação e fora delas. Invasões, grilagem e desmatamento.

E a criação da Renca nunca conseguiu impedir a extração ilegal de minério nessa região. Seja por empresas irregulares ou garimpeiros isolados. Ainda assim, a maior parte da floresta se manteve de pé. O decreto mais recente promete punir os infratores e não lhes conceder licenças. Fica sem explicação, porém, o por quê

de isso não ter sido feito antes, já que não há novidade na ilegalidade nem na presença deles ali.

INFLUÊNCIA NO CLIMA DO PAÍS

Nos 47 mil quilômetros quadrados da Renca — uma terra do tamanho da Dinamarca ou um Espírito Santo — reina a Amazônia profunda, que controla nuvens, rios, o clima de boa parte da América do Sul. Essas matas e suas trocas diárias com a atmosfera influenciam o clima no Sudeste e no Centro-Sul do Brasil. Não se trata de conservacionismo ortodoxo, mas de serviço ambiental crucial para o restante do país, com impacto na geração de energia e na agricultura.

Ali está uma das últimas fronteiras de vida selvagem e regulação climática da Terra. E o que até agora era considerado o grande oásis de biodiversidade e segurança da integridade da Amazônia. O Amapá costumava se orgulhar de ser o estado que menos desmata. No novo decreto da Renca, o governo destaca, sem explicitar o motivo da menção, que o desmatamento este ano rompeu a série de aumentos e caiu. E mais não disse.

Diferente do Pará, que lidera as estatísticas de desmatamento, o Amapá tem cerca de 74% do território em unidades de conservação e terras indígenas. Menos de 10% da biodiversidade são conhecidos, mas estima-se que as espécies cheguem a quase 800 mil. O valor em serviços ambientais e para a indústria de biotecnologia nem se arranha a ser estimado.

A maior parte dessas florestas é tão remota — só se chega de barco em viagens que se contam em dias ou de aviões que pousam em pistas esparsas e precárias — que permanecem em boa parte terra incógnita. Os poucos habitantes — sejam índios ou não — vivem quase sempre nas bordas, junto aos rios. Mas é no interior dessas matas — com uma profusão literalmente ainda inumerável de espécies de plantas e animais — que a Amazônia exhibe toda a sua opulência.

O novo decreto que abre áreas da Amazônia à exploração mineral não diz respeito à opulência do que está sobre o solo. Seu objetivo são as jazidas do subsolo. Riquezas que desde os tempos da busca do El Dorado, dos devaneios de Pizarro, alimentam sonho, cobiça, riqueza e destruição.

No território compreendido pela Renca há sete unidades de conservação. Três são de proteção integral: Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru. Quatro são de uso sustentável: Reserva Extrativista Rio Cajari, Floresta Estadual do Paru, Floresta Estadual do Amapá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Há também duas terras indígenas: Rio Paru D'este e Waiapi. Em apenas uma

delas, a da Floresta Estadual do Paru, o plano de manejo prevê a possibilidade de mineração.

ESTRADAS E FERROVIAS

Mas com a liberação para a mineração de áreas contíguas, se teme que as florestas das unidades de conservação sofram, desbastadas pela abertura de estradas, ferrovias e povoados, legais ou não. A História da Amazônia ensina que, quando aumenta a corrida por minérios preciosos, se segue uma torrente de novos moradores numa terra onde a desordem fundiária impera.

A Renca jamais teve como meta proteger a natureza. O fez por efeito colateral. A Renca foi criada em 1984, num dos decretos finais da ditadura. Seu objetivo era assegurar ao Estado brasileiro a exclusividade de recursos minerais, que prospecções até hoje, em tese, preliminares indicam haver coisas muito mais valiosas do que cobre. Nos anos 1970, pesquisas geológicas estavam em alta, nos rincões da Amazônia inclusive. Por esta época encontrou-se a Província Mineral de Carajás, no sudeste do Pará. E também outras áreas. A que veio se tornar a Renca estava entre elas.

O nome Renca engana. O cobre é o primo pobre dos tais associados, ouro, tântalo, manganês entre outros. O governo tinha a exclusividade da pesquisa. Tinha, mas não usou esse direito. E a Renca, no radar das mineradoras, foi esquecida pelo restante do país. O decreto fala em licenciamento e fiscalização rigorosos. Mas o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, o maior desastre ambiental da História do Brasil e o pior com barragens de mineração do mundo, está aí para provar que os processos de licenciamento e fiscalização têm falhas graves.

Passados quase dois anos da tragédia, a lama só foi retirada de cerca de 4% do leito dos rios, às vítimas restaram indenizações baixas (cerca de R\$ 12 milhões no total até agora) e a reparação é contada em décadas. A mineradora Samarco não pagou ainda as multas e ações criminal e civil estão suspensas na Justiça.

CORTE DE 42% NO IBAMA

O Ibama, cujos fiscais enfrentam risco de vida em operações na Amazônia, teve o orçamento reduzido em 42% desde 2012. Falta dinheiro até para combustível de viaturas usadas na fiscalização.

Um dos pontos polêmicos é a degradação de áreas protegidas com contaminantes vindos de fora de seus limites. Cientistas têm encontrado mercúrio nos rios da Amazônia, proveniente dos garimpos ilegais. Aberta a porteira para a mineração legal em grande escala, não há como garantir hoje, que

mesmo que se cumpram todas as regras de segurança possíveis, os garimpos fora da lei deixarão de despejar venenos nos rios.

A abertura de novas áreas à mineração pode trazer recursos a médio e longo prazos. Mas em áreas sensíveis, como a Amazônia, pode trazer também prejuízos imediatos ao país, se não vier acompanhada de garantias de infraestrutura de segurança ambiental eficiente, provida de recursos e operacional. E esta não existe hoje na prática.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: O mundo encantado de Michel Temer

Alguém está com um parafuso solto num governo que anuncia a abertura de uma área de mineração na Amazônia sem ter ouvido o ministro do Meio Ambiente. Com o tempo, serão mais bem conhecidas as razões do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, para tomar semelhante iniciativa. (O repórter Ricardo Senra informa que o doutor anunciou a abertura da área ao mercado em março passado, durante um evento organizado por mineradoras canadenses.) A trapalhada aconteceu dias depois de uma prometida privatização da Eletrobras. Isso num governo que contrapõe ao estouro da meta fiscal um audacioso plano de privatização de bens públicos. Noel Rosa já advertiu: “Vendeste o carro para comprar gasolina”. A fúria privatizante do governo Temer agrada ao chamado “mercado”.

Nele, de um lado está a turma que fatura com a alta das ações da Eletrobras, mas do outro há gente séria, tanto mineradoras capazes de explorar jazidas na Amazônia, como empresas de energia que possam se interessar por um setor historicamente administrado por clãs da política nacional. O governo de Temer mostra uma desordenada capacidade de produzir eventos inúteis e promessas mirabolantes. Prometeu pacificação e empregos (cem mil, só em 2016). Anunciou um plano para concluir obras inacabadas e fez circular a notícia de que reduziria o número de ministérios. Tem um ex-ministro na cadeia e outro em prisão domiciliar. No mesmo dia em que decidiu preparar um novo decreto para ordenar a mineração na área da reserva amazônica, a repórter Danielle Nogueira revelou que um dos primeiros planos do governo para reativar a economia fechará o balcão amanhã.

Para preservar empregos, evitando falências e concordatas, o BNDES abriu uma linha de crédito de R\$ 5 bilhões. Passou o tempo, e só apareceu um candidato ao financiamento, com um projeto de R\$ 10 milhões. Coisas desse tipo acontecem porque o governo confunde a realidade com sua capacidade de fabricar

expectativas. Gerada a expectativa, a marquetagem se dá por satisfeita. Ontem Michel Temer embarcou para a China. Para que não se pense que o mundo encantado passou a existir com sua chegada ao Palácio do Planalto, pode-se rever a lista de patranhas que acompanham as comitivas de presidentes brasileiros a Pequim. Na primeira viagem de Lula, para susto dos chineses, falou-se que o Brasil negociaria um acordo nuclear. Era lorota.

Anos depois, Dilma Rousseff voltou ao Império do Meio, e de sua comitiva saiu a informação de que a empresa Foxconn investiria US\$ 12 bilhões no Brasil, criando cem mil empregos na fabricação de iPhones e iPads. Há dois mil funcionários produzindo iPhones, e a linha de fabricação de iPads foi desativada. Às vésperas de uma visita do primeiro-ministro chinês o mundo encantado do Planalto de Dilma Rousseff festejou um projeto de construção de uma ferrovia do Atlântico ao Pacífico, coisa de R\$ 30 bilhões pelo lado brasileiro. O visitante traria na mala investimentos da ordem de US\$ 53 bilhões. Nada. Fantasias podem ser vendidas no mercado interno, mas não podem ser exportadas. Os chineses devem pensar que os governantes brasileiros têm os parafusos soltos. Nas próximas quatro semanas, o signatário aderirá ao programa de reformas estruturais, pesquisando as virtudes do ócio.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Representação cita negligência com patrimônio nacional

Senador critica tentativa de "liberar o terreno para as grandes mineradoras"

Para justificar a representação, os parlamentares petistas destacaram que a lei que trata dos crimes de responsabilidade prevê no inciso V do artigo 11º como infração "negligenciar a arrecadação das rendas, impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional". Acrescentaram que, em relação à improbidade, que a legislação que trata do tema prevê o enquadramento quando o agente público "revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço"!

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também atacou a medida. Disse que o novo decreto é uma tentativa de reduzir pressões internas e externas. — O governo quer confundir a opinião pública escandalosa e criminalmente e com a cumplicidade do Ministério do Meio Ambiente. O interesse do governo é liberar o terreno para as grandes mineradoras, em vez de fiscalizar e retirar os garimpeiros que estão em situação irregular na região.

LÍDER DO PSDB: "NÃO RESOLVEU"

O líder do PSDB na Câmara, Ricardo Trópoli (SP), disse que pediu ao presidente Michel Temer que revogasse o decreto. E que Temer teria aceitado sua sugestão. — O novo decreto avançou, mas não sei se resolveu. Por isso, estou propondo uma audiência pública com os principais atores envolvidos — afirmou Trópoli.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Ibama quer mais dados sobre projeto da Total**

Órgão pode arquivar pedido de licença para exploração na Foz do Amazonas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informou na noite de segunda-feira que necessita de mais informações da petroleira francesa Total para conceder licença ambiental para a empresa explorar blocos de petróleo na Foz do Amazonas.

Em despacho, o Ibama disse que requisitou três vezes informações técnicas do projeto e que ainda precisa entender como a Total mitigaria riscos ambientais na região. Segundo o texto, se a petroleira não responder a essa última solicitação, o instituto poderá arquivar o processo de licenciamento.

BLOCOS ARREMATADOS EM 2013

Repetidas recusas do Ibama em aceitar os estudos ambientais da Total têm mantido em suspenso a tentativa da companhia de explorar a Foz do Amazonas, uma área que alguns geólogos dizem que pode conter até 14 bilhões de barris de petróleo, ou mais que todas as reservas provadas do Golfo do México. Em março, a Total informou que já havia gasto US\$ 60 milhões no projeto, prevendo a emissão de licenças.

Vazamentos de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas poderiam causar estragos em florestas no Amapá, além de prejudicar o recife na região, dizem cientistas e ativistas.

A Total lidera um consórcio — do qual fazem parte a britânica BP e a Petrobras — que comprou cinco blocos de exploração de petróleo no local em 2013, mas a descoberta de um recife de corais a apenas 28 quilômetros levantou dúvidas sobre o licenciamento. Procurada pela Reuters por e-mail, a Total não respondeu.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Para alimentar usinas térmicas, Petrobras reduz óleo para navios**

Abac diz que falta de produto atinge embarcações em todo o país

Ao elevar o fornecimento de óleo para as usinas térmicas, a Petrobras teve de reduzir a oferta do chamado bunker (óleo combustível) para os navios, a ponto de gerar filas de embarcações à espera de combustível em diversos portos do país, envolvendo todas as regiões, de Norte a Sul. O problema, que começou de maneira isolada em meados de agosto, se intensificou nesta semana, ganhando abrangência nacional e gerando preocupação no setor, relatam empresas de navegação e a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

Segundo uma fonte, a Petrobras teve de aumentar o fornecimento de óleo para as térmicas em 160 mil toneladas ao longo de agosto. Isso ocorreu, explicou essa fonte, porque o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinou que as usinas mais caras fossem ligadas, durante todo o mês, o que levou as contas de luz à bandeira vermelha, com custo de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Assim, sobrou menos óleo para os navios. Ontem, a Petrobras emitiu um alerta ao setor de navegação avisando que a oferta de bunker em setembro será menor. Os especialistas explicam que o motor das usinas térmicas é similar ao dos navios. Por isso, o óleo consumido é semelhante. Eles destacam que esse mesmo combustível abastece ainda as caldeiras da indústria.

— A Petrobras tem contrato de fornecimento firme de óleo para as usinas térmicas, pois há uma preocupação com a segurança energética do país. A empresa não pode simplesmente deixar de fornecer óleo e, com isso, faltar energia no país. Não pode ter um apagão. Por outro lado, a Petrobras não tem contrato de fornecimento firme de bunker para navios. A empresa está agindo de forma preventiva e avisando aos navios que, em setembro, haverá menos bunker no país. Esse comunicado está sendo feito nesta terça-feira (ontem) — destacou uma fonte que não quis se identificar.

Ontem, segundo relatos de empresas que atuam no transporte marítimo ouvidas pelo GLOBO, não havia bunker disponível em parte alguma. Segundo Cleber Lucas, presidente da Abac, há 14 portos no país que abastecem navios dos mais variados portes: A gente vem recebendo reclamações de postergação de bunker desde meados de agosto, já que a Petrobras está priorizando as usinas térmicas. Começou de forma tímida e está se intensificando neste fim de mês, com reflexos

em todo o país. Há relatos dos associados de que não há bunker em Santos, em São Paulo, ou nas regiões Norte e Nordeste. Há filas de navios aguardando. A gente começa a se preocupar. Em cidades da Região Norte, a navegação tem papel predominante.

SETOR QUER ENCONTRO COM PETROBRAS

Uma das empresas de navegação ouvidas pelo GLOBO disse que não se lembra de um cenário como o atual no país para o setor de navegação. Segundo o presidente da companhia, essa falta de combustível pode gerar reflexos na economia, com a paralisia nas exportações, por exemplo, e no comércio interno do Brasil. — Eu nunca vi ter bunker indisponível em todo o país. Ainda temos um estoque de dez dias. Normalmente, há disponibilidade no Rio e em São Paulo. Os navios são essenciais para transportar insumos como trigo para fazer pão, malte para a cerveja e insumos para a indústria. Não há previsibilidade — destacou o executivo de empresa.

Lucas lembra que as empresas de cabotagem são mais afetadas que os grandes cargueiros, pois não conseguem abastecer fora do Brasil: — Tudo isso compromete o processo produtivo no Brasil. As empresas de cabotagem são as que mais sofrem, pois não conseguem ter um plano B como as companhias de navegação que fazem transporte marítimo entre diferentes continentes. Vamos formalizar um pedido à Petrobras para que a cabotagem seja priorizada.

O advogado Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho, especialista em óleo e gás, lembra que o preço do bunker acompanha a cotação do petróleo no mercado internacional. Segundo ele, embora tenha alguns concorrentes, a Petrobras tem quase todo o mercado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: OMC deve condenar subsídios do Brasil

Sete programas estão em decisão da organização, que será anunciada hoje

A Organização Mundial do Comércio (OMC) vai anunciar hoje decisão contrária a sete programas de subsídios industriais do Brasil. Entre eles estão pacotes de incentivos à indústria automotiva, aos setores de siderurgia, à produção de eletrônicos e celulose.

Integrantes do governo já vinham discutindo como proceder para reduzir as políticas intervencionistas em indústrias há muito protegidas pelos grandes

subsídios estatais e barreiras comerciais, informou à Reuters uma fonte do governo.

Os sete programas condenados pela OMC já concederam mais de R\$ 25 bilhões em incentivos desde 2010. A expectativa é que o país recorra ao mecanismo de apelação da OMC dentro dos próximos 60 dias. É pouco provável que o Brasil vá enfrentar medidas de retaliação por pelo menos dois anos, dado o ritmo da maioria dos casos de comércio internacional.

FIM DE INCENTIVO A PEÇAS NACIONAIS

Ainda assim, a decisão dá espaço para ampliar a agenda de austeridade que o presidente Michel Temer quer implementar e que tem enfrentado forte resistência de sindicatos e grupos industriais. — Já estamos considerando como realinhar esses incentivos fiscais a uma nova realidade que também seja consistente com nossa situação fiscal — afirmou a fonte.

Na esteira da decisão da OMC, as primeiras empresas a ver as mudanças devem ser as fabricantes de automóveis, já que o InovarAuto, de incentivos ao setor, expira no fim do ano.

A Anfavea, associação nacional das montadoras, argumenta que o Rota 2030, que substituirá o InovarAuto, vai remover as regras que dão preferência a peças produzidas localmente.

— A decisão provavelmente vai forçar o Brasil a reinventar sua política industrial em pelo menos duas áreas importantes: automóveis e tecnologia da informação — avaliou Renata Amaral, especialista de comércio da consultoria Barral M Jorge.

O Brasil também poderia revisar dois programas oferecendo benefícios fiscais para exportadores comprarem bens de capital e matérias-primas, contou à Reuters uma fonte da indústria com conhecimento da decisão. Grandes empresas podem fazer com que o Brasil abandone o litígio em nome de uma política previsível, disse essa fonte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Amazônia é nossa

O 342agora, grupo de artistas que conta com Caetano Veloso, terá uma nova frente: o 342amazônia. A turma quer fazer um showmício no Dia da Amazônia, 5,

agora, em Copacabana, contra o decreto de Temer que libera a exploração mineral em uma reserva ambiental no pulmão do Brasil. Amanhã, a turma entra com ação contra a medida, na Justiça Federal.

Quer de volta

A Vale quer comprar de volta as ações que, em 2013, vendeu de sua empresa de logística VLI para a japonesa Mitsui (20%) e a canadense Brookfield (26%). Resta saber se... eles têm interesse em vendê-las.

Sete Brasil

Enquanto não chega a assembleia de credores da Sete Brasil, em 10 de outubro, a expectativa é pelo anúncio do novo mediador. A posição, como se sabe, era ocupada pelo querido advogado Luiz Leonardo Cantidiano, que nos deixou este mês. Com tantos escritórios e advogados envolvidos na recuperação judicial da natimorta, não será uma missão fácil encontrar outro mediador neutro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Tasso Azevedo

Título: Operação casada

Fosse um ato isolado, a extinção da Reserva Mineral de Cobre e Associados (Renca) — uma gigantesca área em uma das regiões mais preservadas da Amazônia — teria pouco impacto. Afinal, depois de sua criação, em 1984, boa parte da área foi demarcada com terras indígenas e convertida em unidades de conservação, o que lhes conferiu um nível maior de proteção. Porém, este não é um caso isolado. Ele observa um padrão desta administração: operações casadas, sem consulta ou participação da sociedade e com absoluto desprezo pelo patrimônio socioambiental do Brasil.

Com o objetivo de atender aos interesses econômicos próprios e de seus aliados, a cúpula do governo e suas lideranças no Congresso estão desmontando o sistema de salvaguardas socioambientais construído ao longo das últimas três décadas. A demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas foi paralisada completamente. Várias propostas de redução de unidades de conservação estão em curso e podem ceifar mais de um milhão de hectares, sob a justificativa de permitir a regularização de ocupações antigas de pequenos produtores. O caso da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará mostra que, na verdade, quem vai se beneficiar são ocupações ilegais recentes (grilagem mesmo), com média acima de 2.000 hectares cada (20 milhões de metros quadrados!).

Em paralelo, o governo propôs, e o Congresso aprovou, o que ficou conhecido como a MP da Grilagem, que aumentou a área passível de regularização de 1.500 para 2.500 hectares — que coincidência não? — e reduziu o valor a ser pago pela terra pública para 10% a 50% do valor de referência do Incra. Assim, na região do Jamanxim, cada dez mil metros quadrados pode sair por menos de R\$ 100 — ou seja, um centavo por metro quadrado. Em outra frente, o governo trabalha para aprovar uma lei que abre as terras indígenas para mineração, ao mesmo tempo em que publicou um parecer da AGU que autoriza a exploração de “riquezas de cunho estratégico” independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai.

Para completar, lideranças governistas trabalham com diversos lobbies da indústria para aprovar goela abaixo uma reforma do sistema de licenciamento ambiental que, entre outras barbáries, exige do licenciamento de atividades rurais e cria decurso de prazo para aprovação de licenças. A extinção da Renca não é um caso isolado; é parte de uma operação casada, meticulosamente orquestrada para maximizar os benefícios econômicos de aliados políticos a partir da apropriação privada do patrimônio público e em detrimento das populações tradicionais, da conservação da biodiversidade e do bem-estar de toda a população.

Tasso Azevedo é engenheiro florestal

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Eletrobrás deve render menos de R\$ 10 bilhões

O governo deverá receber menos de R\$ 10 bilhões no processo de "descotização" das usinas da Eletrobrás, afirmou ontem o ministro interino de Minas e Energia, Paulo Pedrosa em evento no Rio. Até o fim da semana o governo deverá enviar o montante preciso ao Planejamento, para a composição do Orçamento da União.

A proposta do governo federal é permitir que a Eletrobrás venda a valores de mercado a energia de hidrelétricas antigas que hoje operam em um chamado "regime de cotas", com baixos preços. A Eletrobrás pagaria um bônus para o governo em troca da descotização das usinas, que se tornariam mais lucrativas. A arrecadação prevista no processo é de R\$ 20 bilhões, estima a pasta, e será igualmente dividida entre o Tesouro, a companhia e o consumidor.

Segundo Pedrosa, o modelo fechado da privatização não será finalizado ainda nesta semana. A ideia é que a Eletrobrás faça uma emissão, capte recursos e seja diluída. O ministro interino e secretário executivo do MME frisou que nada

impede que a União faça uma emissão secundária, diluindo ainda mais sua participação. A ideia seria levantar um dinheiro adicional com as ações, preservando uma fatia e a Golden Share.

"O que tem definido é que a União deixa de ser controladora. Esse movimento busca melhorar a governança do setor", afirmou. Pedrosa diz que há estimativas que apontam que a participação do governo na companhia, hoje avaliada em R\$ 12 bilhões, se aproximaria de R\$ 40 bilhões. "Mesmo vendendo a metade (de sua fatia), a União continuaria com mais dinheiro na Eletrobras do que tem hoje, desde que a companhia atingisse a valorização que uma gestão eficiente daria a ela."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Ferrovia está na lista de acordos com chineses

Entre os "bons acordos e bons investimentos" que o presidente Michel Temer espera trazer da China, está a consolidação do interesse dos asiáticos na Ferrovia de Integração Oeste-este (Fioel). Está prevista a assinatura de um memorando de entendimento entre empresas chinesas e o governo da Bahia para tocar o empreendimento. O documento não é um compromisso de investimento, mas reflete o interesse das partes envolvidas no negócio.

Os chineses querem participar da construção da linha, que atravessa a Bahia, e do porto nas proximidades de Ilhéus (BA). Têm interesse também na exploração de minério de ferro na região de Caetité (BA), que será atendida pela ferrovia.

A outorga para exploração mineral pertence à Bahia Mineração (Bamin), empresa de capital cazaque que detém a licença para construir um terminal marítimo em Ilhéus. O governo baiano pretende instalar um porto público na mesma região.

Com 1.527 km e parcialmente construída com recursos federais, a Fioel não figurava entre os projetos mais "vendáveis" do governo. Além de não ter porto, está longe das regiões produtoras de grãos. Porém, ganhou importância porque coincide em parte com uma prioridade dos chineses, a ferrovia Bioceânica.

A Bioceânica foi anunciada em 2015 pela presidente Dilma Rousseff após acordo com os chineses. É um projeto orçado em US\$ 70 bilhões, com traçado cortando o Brasil e o Peru para ligar os oceanos Atlântico e Pacífico. O Brasil desenhou um plano B: construir, com os chineses, a parte brasileira da Bioceânica, com interesse na Ferrovia de Integração do Centro-oeste (Fico), projeto que atravessa

o Mato Grosso. Segundo fontes do governo, os chineses aceitam, desde que esse projeto esteja acoplado à Fiol.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Fábio de Castro

Título: MPF move ação contra decreto que extinguiu reserva

Promotores do Amapá dizem que medida é "uma afronta à Constituição"; entidade de mineração vê "mentiras e distorção"

O Ministério Público Federal do Amapá (MPF-AP) protocolou ontem na Justiça Federal uma ação para revogação do decreto presidencial que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca). Na ação, o MPF-AP argumenta que o decreto "é uma afronta à Constituição e mantém o meio ambiente sob ameaça de ecocídio". A ação sustenta que o novo texto, divulgado anteontem após críticas de ambientalistas e artistas, "não apresenta real modificação do conteúdo do decreto revogado".

Segundo o MPF-AP, embora a Renca não seja caracterizada como uma unidade de conservação ambiental, é possível classificá-la como espaço territorial especialmente protegido - e, assim, poderia ser alterada apenas por meio de lei específica, conforme a legislação. "O MPF-AP desconhece caso de efetivo sucesso que alie a atividade minerária à proteção da natureza, restando inegáveis prejuízos à população do entorno e ao meio ambiente", disse, em nota.

Um grupo de parlamentares e associações ligadas ao meio ambiente realizará hoje no Congresso Nacional uma mobilização contra a extinção da Renca e outras iniciativas do governo consideradas nocivas ao meio ambiente. "A Renca é só a ponta do iceberg em meio ao ataque que o governo está promovendo, em vários flancos, ao sistema de proteção ambiental do País", disse um dos organizadores, Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) afirmou que "as críticas e os temores infundados" provocados pela notícia da extinção da Renca foram "motivados por mentiras e distorção". A instituição disse que "autorizar mineração na Renca não é, absolutamente, sinônimo de destruição" e que a presença de atividade empresarial tem alto potencial para melhorar a preservação ambiental, pois há compensações socio-ambientais. "A desinformação deu origem a notícias e análises com embasamento falso, ou fake news. Essas, por sua vez, motivaram parte da sociedade a criticar o ato do governo, sem que pudesse, antes, ter acesso a fontes confiáveis e detentoras de

conhecimento técnico sobre mineração. A pressa em noticiar confundiu a opinião pública."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Herton Escobar

Título: Risco à maior obra da ciência no País

Sem recursos, tanto o acelerador de partículas Sirius quanto o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais podem parar até o fim do ano

O melhor lugar para se proteger dos maus presságios que ameaçam a ciência brasileira parece ser o canteiro de obras do novo acelerador de partículas nacional - o Sirius, em Campinas. Com previsão de entrega para junho de 2018, o projeto segue a todo vapor, com máquinas e homens trabalhando intensamente dentro e fora de sua gigantesca estrutura em forma de disco voador, com 230 metros de diâmetro - quase a largura do Estádio do Maracanã. O telhado já está todo fechado, as paredes de blindagem do corredor do anel já estão sendo concretadas, e as peças do primeiro estágio do acelerador (onde os elétrons serão produzidos) acabam de chegar ao Porto de Santos.

Nem parece que a ciência brasileira está passando pela maior crise de sua história. Mas está: nem o Sirius nem o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), que o abriga, nem o Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais (CN-PEM), do qual o LNLS faz parte, estão imunes a essa crise. Como todos os outros institutos de pesquisa federais, o CNPEM não tem dinheiro suficiente para fechar o ano sem dispensar funcionários ou desligar máquinas. O centro tem recursos para mais dois meses. Depois disso, se não houver uma liberação de recursos por parte do governo federal, o CNPEM terá de paralisar as atividades.

"Temos uma reserva de contingência (de R\$ 23 milhões) que dá para fechar", diz o diretor, Rogério Cerqueira Leite. "Fechar o ano?", indago. "Não", esclarece ele. "Para demitir todo mundo e fechar as portas."

O prejuízo disso seria tremendo para a ciência brasileira. O CNPEM é um conglomerado de quatro importantes laboratórios nacionais - de Biociências (LNBio), Bioenergia (CTBE), Nanotecnologia (LNNano) e Luz Síncrotron (LNLS) - e todos funcionam como "facilities". Ou seja, são laboratórios dotados de equipamentos caríssimos, de alta tecnologia, que servem a toda a comunidade científica brasileira e também à indústria nacional.

O orçamento aprovado no Congresso para o CNPEM este ano é de aproximadamente R\$ 90 milhões, mas o centro só tem autorização para gastar

R\$ 54 milhões, em função do corte (contingenciamento) de 44% do imposto pelo governo federal ao orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MC-TIC). Desses R\$ 54 milhões, o CNPEM só recebeu, até agora, R\$ 15 milhões. "Não temos dinheiro suficiente para chegar até o fim do ano, mas aguardamos novas liberações", disse Cerqueira Leite. "Estamos aflitos, mas não desesperados", completou, com otimismo. Os recursos disponíveis hoje, segundo ele, são suficientes para mais dois meses de salário dos quase 600 funcionários.

O CNPEM, diferentemente de outros institutos de pesquisa federais, funciona como uma Organização Social, o que significa que seus funcionários são contratados via CLT - não são servidores públicos - e o dinheiro dos seus salários sai do orçamento - não do Tesouro Nacional. Ou seja, o centro corre risco de ficar sem dinheiro, sem pesquisa e sem funcionários.

Cronograma em risco. O Sirius tem um orçamento próprio, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que lhe confere uma certa blindagem da crise, mas não chega a ser uma imunidade. O orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual para o projeto este ano é de R\$ 325 milhões, mas esse valor já foi rebaixado para R\$ 189 milhões (42% de contingenciamento).

E o pior é que, para cumprir o cronograma de terminar a obra e rodar o primeiro feixe de elétrons em junho de 2018, nem esse orçamento original basta. Além da liberação integral dos R\$ 325 milhões previstos na lei orçamentária, o projeto precisa de mais R\$ 180 milhões liberados para empenho até o fim do ano para não cair em atraso - o que implicaria encarecimento da obra, além do prejuízo científico, diz o diretor do LNLS, Antônio José Roque da Silva.

O custo total estimado do projeto é de R\$ 1,8 bilhão, incluindo o prédio, o acelerador, a mão de obra e as 13 linhas de luz previstas para funcionamento até 2020. Essas "linhas" são as estações de pesquisa acopladas ao acelerador, onde os experimentos com a luz gerada pela aceleração dos elétrons no anel interno são executados. Essa luz extremamente brilhante, chamada de "luz síncrotron", pode ser usada para estudar a estrutura molecular de diferentes materiais, como uma liga metálica ou um fóssil de milhões de anos -detalhes técnicos em <http://lnls.cnpem.br/sirius/projeto-sirius/>

Projetado para ser uma das melhores fontes de luz síncrotron do mundo, o Sirius é um projeto 100% brasileiro, com cerca de 85% dos seus componentes produzidos e desenvolvidos totalmente no Brasil. "Não existe outro projeto de alta tecnologia no País com esse índice de nacionalização", destaca Silva. "Cada peça do Sirius exigiu um grau de desenvolvimento sem precedentes. Em alguns casos, sem precedentes no mundo."

Tudo isso pode ser colocado em xeque se o dinheiro não sair. Segundo Silva, há empenho do ministério. "Mas chegamos a um momento crucial."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Lacuna.** A ausência de um plano focado na energia nuclear é uma das críticas do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica (Sinergia) à proposta de reforma do marco legal do setor elétrico brasileiro. O texto deve se tornar uma Medida Provisória até o início de outubro.

» **Mudança.** A entidade defende, entre outros pontos, mudanças regulatórias para favorecer a construção de novas usinas nucleares e ampliar a participação da fonte na matriz elétrica brasileira. Para o Sinergia, a térmica nuclear seria a melhor alternativa para dar segurança ao sistema nacional, tendo em vista o crescimento das fontes solar e eólica, que têm produção intermitente. O governo já sinalizou a preferência por adicionar térmicas a gás para executar esse papel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da fonte

Água no óleo

Suely Araujo, presidente do Ibama, acaba de enviar à Total, a petroleira francesa, parecer técnico em que rejeita sua análise do impacto ambiental sobre exploração de petróleo na Foz do Amazonas e estabelece novas exigências. Os franceses têm quatro meses, a partir de agora, para se enquadrar – ou o pedido será negado em definitivo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunistas

Autor: Elio Gaspari

Título: Decreto da mineração expõe bagunça do Planalto

Alguém está com um parafuso solto num governo que anuncia a abertura de uma área de mineração na Amazônia sem ter ouvido o ministro do Meio Ambiente. Com o tempo serão mais bem conhecidas as razões do **ministro de**

Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para tomar semelhante iniciativa. (O repórter Ricardo Senra informa que o doutor anunciou a abertura da área ao mercado em março passado, durante um evento organizado por mineradoras canadenses.)

A trapalhada aconteceu dias depois de uma prometida privatização da Eletrobras. Isso num governo que contrapõe ao estouro da meta fiscal um audacioso plano de privatização de bens públicos. Noel Rosa já advertiu: "Vendeste o carro para comprar gasolina".

A fúria privatizante do governo Temer agrada ao chamado "mercado". Nele, de um lado está a turma que fatura com a alta das ações da Eletrobras, mas do outro há gente séria, tanto mineradoras capazes de explorar jazidas na Amazônia, como empresas de energia que possam se interessar por um setor historicamente administrado por clãs da política nacional.

O governo de Temer mostra uma desordenada capacidade de produzir eventos inúteis e promessas mirabolantes. Prometeu pacificação e empregos (100 mil, só em 2016). Anunciou um plano para concluir obras inacabadas e fez circular a notícia de que reduziria o número de ministérios. Tem um ex-ministro na cadeia e outro em prisão domiciliar.

No mesmo dia em que decidiu preparar um novo decreto para ordenar a mineração na área da reserva amazônica, a repórter Danielle Nogueira revelou que um dos primeiros planos do governo para reativar a economia fechará o balcão no dia 31. Para preservar empregos, evitando falências e concordatas, o BNDES abriu uma linha de crédito de R\$ 5 bilhões. Passou o tempo e só apareceu um candidato ao financiamento, com um projeto de R\$ 10 milhões. Coisa desse tipo acontecem porque o governo confunde a realidade com sua capacidade de fabricar expectativas. Gerada a expectativa, a marquetagem se dá por satisfeita.

Nesta terça (29), Michel Temer embarcou para a China. Para que não se pense que o mundo encantado passou a existir com sua chegada ao Palácio do Planalto, pode-se rever a lista de patranhas que acompanham as comitivas de presidentes brasileiros a Pequim.

Na primeira viagem de Lula, para susto dos chineses, falou-se que o Brasil negociaria um acordo nuclear. Era lorota. Anos depois, Dilma Rousseff voltou ao Império do Meio e de sua comitiva saiu a informação de que a empresa Foxconn investiria US\$ 12 bilhões no Brasil, criando 100 mil empregos na fabricação de iPhones e iPads.

Há 2.000 funcionários produzindo iPhones e a linha de fabricação de iPads foi desativada. Às vésperas de uma visita do primeiro-ministro chinês o mundo encantado do Planalto de Dilma Rousseff festejou um projeto de construção de uma ferrovia do Atlântico ao Pacífico, coisa de R\$ 30 bilhões pelo lado brasileiro. O visitante traria na mala investimentos da ordem de US\$ 53 bilhões. Nada. Fantasias podem ser vendidas no mercado interno, mas não podem ser exportadas. Os chineses devem pensar que os governantes brasileiros têm os parafusos soltos.

Nas próximas quatro semanas o signatário aderirá ao programa de reformas estruturais, pesquisando as virtudes do ócio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Mudança em usinas da Eletrobras renderá metade do previsto

A mudança no sistema de venda de energia das usinas da Eletrobras renderá ao governo em 2018 menos da metade dos R\$ 20 bilhões previstos inicialmente. A afirmação foi feita nesta terça (29) pelo **secretário executivo do MME (Ministério de Minas e Energia), Paulo Pedrosa**.

O valor final será definido esta semana, para que o ministério do Planejamento possa incluir a previsão no orçamento do ano que vem.

Os recursos referem-se ao bônus que será pago pela estatal para deixar de vender energia no regime de cotas, a preços mais baratos, e passe a vender no mercado.

Pedrosa disse que a União pode decidir ainda vender parte de suas ações durante o processo de privatização da empresa, o que aumentaria seus ganhos. Essa decisão, porém, ainda não foi tomada. Ele não quis avaliar o valor das ações, mas disse que projeções do mercado apontam que a fatia detida diretamente pelo governo na empresa, equivalente a 40% do capital, pode chegar a R\$ 40 bilhões - hoje, são R\$ 12 bilhões.

"Se o governo decidir vender metade, receberá um valor maior do que tem hoje", disse.

Anunciada na semana passada, a proposta de privatização da Eletrobras prevê o aumento de capital da companhia, atraindo novos investidores e diluindo a fatia do governo no capital total.

Com os recursos arrecadados, a estatal pagará o bônus de outorga para mudar o sistema de venda das usinas, processo que vem sendo chamado de "descotização".

São 14 usinas, com capacidade de 14 gigawatts (GW).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: TCU aponta risco para meta fiscal e questiona operação BNDES-Cemig

O TCU (Tribunal de Contas da União) deverá fazer novo alerta ao governo Michel Temer sobre o risco de não cumprir a meta fiscal deste ano, apesar do aumento do déficit orçamentário previsto.

O governo negocia com congressistas a ampliação do déficit de 2017 de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

Técnicos do tribunal afirmam, contudo, que aumentou a probabilidade de o governo não conseguir privatizar quatro usinas da Cemig e aprovar o Refis. As duas medidas renderiam cerca de R\$ 24 bilhões, de acordo com a previsão do governo.

A companhia mineira está negociando com o BNDES para obter um empréstimo e, com isso, comprar três usinas (São Simão, Jaguará e Miranda), evitando que elas sejam leiloadas. Na sexta (25), executivos da Cemig estiveram na sede do banco, no Rio, para conversar sobre a operação com a diretora de infraestrutura, Marilene Ramos.

A ajuda do BNDES à Cemig tem a bênção do governo de Michel Temer por resolver dois problemas: garantiria os recursos necessários para o cumprimento da meta fiscal e apaziguaria a bancada de parlamentares mineiros, descontentes com a privatização.

Liderados pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), parlamentares demonstraram insatisfação a Temer e, segundo relatos, condicionaram o apoio ao governo à devolução das usinas para a Cemig.

O empenho não se restringiu aos tucanos. O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), mediu reunião de executivos da Cemig com Paulo Rabello de Castro, presidente do BNDES,

A Cemig vai precisar de cerca de R\$ 5 bilhões em empréstimos para ficar com as três usinas. Para chegar aos R\$ 11 bilhões almejados pelo governo, entregará a usina de Volta Grande e acredita ter a receber R\$ 1 bilhão em indenizações por investimentos já feitos nas hidrelétricas. Deverá desembolsar mais R\$ 3,5 bilhões em recursos próprios.

Segundo fontes políticas envolvidas na negociação, o BNDES tem dinheiro sobrando em caixa e teria como garantia os recebíveis que as hidrelétricas terão com a venda de energia.

Os técnicos do TCU, porém, apontam inconsistências na operação. Afirmam que o banco não pode fazer empréstimos para uma empresa comprar ativos. Lembram o exemplo da JBS, cujo apoio para a compra de concorrentes se deu por meio de venda de ações ao BNDESPar.

O ministro Eliseu Padilha disse que, se a operação com o BNDES não ocorrer a tempo, as quatro usinas irão a leilão. "O governo não vai abrir mão de receber esses R\$ 11 bilhões previstos no Orçamento."

O tribunal também está preocupado com a possível arrecadação do Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias.

A previsão do governo era arrecadar R\$ 13,8 bilhões com o programa, mas o Congresso propôs mudanças que reduziram esse valor. O Ministério da Fazenda apresentou contraproposta que geraria R\$ 8 bilhões.

As negociações, no entanto, ainda não foram encerradas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Renault vai produzir carro elétrico na China

A Renault-Nissan anunciou planos para produzir carros elétricos na China em parceria com a montadora local Dongfeng Motor, num acordo que verá as montadoras estrangeiras integrando operações com um parceiro chinês em escala sem precedentes.

O empreendimento também é parte de uma corrida das montadoras estrangeiras para produzir veículos elétricos na China, o maior mercado mundial para esses carros.

A nova joint venture, chamada eGT New Energy Automotive, projetará um novo veículo elétrico desenvolvido conjuntamente pelas três companhias com base na plataforma de um utilitário esportivo da Renault-Nissan.

"A plataforma compartilhada é a notícia, nesse caso, porque representa um avanço que outras montadoras estrangeiras não fizeram", disse Bill Russo, ex-executivo da Chrysler que hoje dirige a consultoria Gao Feng Advisory.

As empresas estrangeiras costumam hesitar em compartilhar tecnologia com grupos chineses por medo de que seja roubada.

No entanto, a Renault-Nissan já vem trabalhando com a Dongfeng há anos na produção de veículos com motores a combustão, o que deve atenuar as preocupações.

Cada membro da parceria —Dongfeng, Renault e Nissan— poderá usar a plataforma para produzir modelos próprios e usar suas marcas quando o fizer. O montante do investimento pelos três parceiros não foi revelado.

Zhu Yanfeng, presidente do conselho da Dongfeng, descreveu a joint venture como "um modelo de negócios inovador".

"Antecipamos atender à tendência de transformação no mercado da China, onde os carros estão se tornando leves, elétricos, interconectados e compartilhados."

Carlos Ghosn, presidente-executivo e do conselho da Renault-Nissan, disse que o acordo "confirma o compromisso comum para com o desenvolvimento de veículos elétricos competitivos para o mercado chinês".

As montadoras estrangeiras precisam formar joint ventures com fabricantes locais de carros para fazer negócios na China. E vem acontecendo uma alta no número de joint ventures cujo foco exclusivo são os veículos elétricos.

Isso se deve principalmente a regulamentações do governo chinês que entrarão em vigor no ano que vem e dispõem que todas as montadoras produzam uma cota de veículos elétricos ou adquiram licenças de emissão de poluentes, dizem analistas.

QUALIDADE DO AR

O governo chinês está ávido por melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades e para reduzir a dependência do petróleo estrangeiro.

Xing Lei, editor da "China Automotive Review", disse que o novo sistema de licenças para emissão de poluentes é a "tendência motriz" para a produção de elétricos.

A Ford anunciou na semana passada parceria com a Anhui Zotye Automobile para lançar uma nova marca concentrada inteiramente nos carros elétricos. Em maio, a Volkswagen recebeu permissão para lançar uma joint venture para produzir veículos elétricos em parceria com a chinesa JAC.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Com potencial de R\$ 2,4 bi, venda de petróleo pelo governo não anda

Com o crescimento da produção no pré-sal, o volume de petróleo devido por petroleiras à União já ultrapassa os 15 milhões de barris, o que valeriam cerca de R\$ 2,4 bilhões nas cotações atuais.

Esse óleo, porém, não está sendo vendido pelo governo, que ainda negocia a contratação de uma empresa para realizar as operações de venda.

Trata-se de petróleo produzido em reservatórios que se estendem para além dos limites de quatro concessões adquiridas no passado, entre elas os dois maiores campos do país, Lula e Sapinhoá, e Tartaruga Verde e Nautilus.

Os três primeiros são operados pela Petrobras, e o último, pela Shell.

Como não são donas de parte do reservatório, as empresas tiveram que fechar acordo com a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), estatal criada para gerir os interesses da União no pré-sal, que define qual fatia da produção ao qual o governo tem direito.

No caso de Lula, o maior campo produtor do país, são apenas 0,551%. Em Sapinhoá, segundo maior campo, são 3,7%. Em Tartaruga Verde são 30,65%, e, em Nautilus, 7,6%. Os percentuais equivalem à parcela do reservatório que se encontra fora da área de concessão.

Essa situação ocorre, principalmente, porque os blocos exploratórios foram a leilão antes da descoberta do pré-sal e foram desenhados de acordo com o potencial de reservas acima do sal.

Após a descoberta do pré-sal, as petroleiras perceberam que os reservatórios eram diferentes do desenho dos blocos, se estendendo para além das áreas concedidas.

Em seu relatório de 2016, divulgado na última quinta (24), a PPSA informa que a fatia da União na produção desses campos somava 11,6 milhões de barris ao fim do ano —a maior parte vem de Sapinhoá (7,2 milhões de barris).

Considerando a produção do primeiro semestre nos quatro campos, o volume acumulado chega a 15,2 milhões de barris. Seria suficiente para encher sete superpetroleiros do tipo VLCC (usados para o transporte de petróleo em longa distância).

Com o petróleo girando em torno dos US\$ 50 por barril, a venda desse volume renderia atualmente cerca de US\$ 760 milhões —ou R\$ 2,4 bilhões, com o dólar a R\$ 3,16.

Todo esse óleo, porém, vem ficando com os concessionários dos campos, já que a PPSA ainda não contratou uma empresa para vender a sua parcela. Em março, o governo publicou política de comercialização do petróleo da União, definindo que a PPSA deveria contratar uma empresa para cuidar da parte comercial.

PARA OUTUBRO

Procurada, a PPSA disse que iniciará a venda do petróleo da União a partir do dia 1º de outubro. A empresa prevê começar a vender neste ano também o óleo da área de Libra, a maior descoberta de petróleo do país, na qual a União tem direito a 41,6% da produção depois de excluídos os custos.

Os volumes acumulados até essa data, diz a PPSA, farão parte de uma negociação com as concessionárias para ressarcir custos incorridos na exploração e na produção das áreas, processo conhecido como equalização de gastos e volumes.

"Caso o resultado seja positivo [para o governo], a União deverá ser ressarcida em petróleo e gás natural e/ou em moeda corrente, conforme acordado entre as partes."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Cristiano Romero****Título: Eletrobras: o caminho até a privatização**

Há uma série de decisões e providências a serem tomadas antes da ambiciosa privatização da Eletrobras, anunciada pelo governo federal na semana passada. Por enquanto, existe apenas um consenso entre os atores envolvidos nas discussões: a direção escolhida, isto é, a convicção de que a desestatização é a única solução possível para um problema de grandes proporções - a União perdeu a capacidade de investir na companhia, a maior geradora do país, e as finanças da holding estão sangrando graças a equívocos cometidos em série nos últimos anos.

A privatização só será possível graças à chamada "descotização", palavrão que significa acabar com o sistema de cotas criado pelo governo Dilma Rousseff em 2012, por meio da Medida Provisória 579. O objetivo de Dilma era reduzir o preço de energia das usinas cujos investimentos já tinham sido amortizados e os prazos de concessão se aproximavam do fim. A ideia era renovar esses prazos por 30 anos, desde que o preço da tarifa caísse para algo em torno de R\$ 30 o megawatt-hora - na ocasião, estava acima de R\$ 100.

Na prática, o preço médio das usinas amortizadas que entraram no sistema de cotas ficou em R\$ 50 o megawatt-hora - pelos contratos, a tarifa é corrigida pela inflação. O problema é que, quando as usinas não conseguem gerar a energia contratada pelos distribuidores e consumidores, compram energia cara e poluente das usinas termelétricas e o custo é repassado aos consumidores. O risco hidrológico é integralmente assumido pelos consumidores.

Não há outra solução para a holding, a não a ser a desestatização

No sistema criado pelo governo anterior, a energia produzida pelas hidrelétricas foi transformada em cotas para as distribuidoras do mercado regulado. Como não houve adesão de atores importantes do setor elétrico, o governo Dilma impôs a medida à Eletrobras, que é a holding das empresas federais. Acionista minoritário da estatal, com 5% das ações, o fundo Radar 3G, de Jorge Paulo Lemann e seus sócios, estima que a holding perdeu R\$ 20 bilhões em decorrência da MP 579.

Para conseguir absorver os custos impostos pelo sistema de cotas, a Eletrobras teria que cortar suas despesas de forma colossal ao longo dos anos. Evidentemente, não fez isso porque, no Brasil, estatal é vista como empresa que

pode contratar funcionários sem limite e esses, embora a lei não diga isso, não podem ser demitidos.

Sabe-se, por exemplo, que as seis distribuidoras do Norte e Nordeste que faliram possuem em seus quadros funcionários muito além da necessidade. É tanta gente que o simples enxugamento das folhas de pagamento tornará viável a gestão financeira das empresas. Mas o prejuízo dos investimentos bilionários realizados nas distribuidoras ficará com a Eletrobras - o gasto teria sido bem menor se a holding pudesse ter demitido parte do pessoal.

O Radar 3G calcula que, em 15 anos, somadas as perdas com a MP 579, as taxas de retorno negativas de empreendimentos gigantescos como as usinas de Belo Monte e as do rio Madeira, os prejuízos das distribuidoras e os custos de ineficiência, a Eletrobras acumulará perda de R\$ 225 bilhões. A maior parte dessa conta teria que ser coberta pela acionista majoritário, hoje a União.

Com a "descotização", as geradoras ficarão liberadas para vender energia a preços de mercado e prazos determinados, bem mais curtos que os 30 anos da regra anterior. As concessões dessas usinas, por sua vez, serão renovadas novamente por 30 anos, rendendo um bom dinheiro, em tese, ao Tesouro - estima-se algo em torno de R\$ 30 bilhões. Portanto, num modelo de desestatização em que a participação da União no capital da Eletrobras é diluída até a perda do controle da holding, a renovação das concessões, graças à "descotização", deverá render mais dinheiro do que renderia a privatização da companhia - que está virtualmente quebrada - por meio de leilão público.

Mas, há obstáculos a serem superados. Não se tem consenso, por exemplo, sobre a destinação dos ganhos decorrentes do fim das cotas. Na consulta pública realizada sobre o tema, a resposta foi que, sim, o Tesouro deveria receber recursos, mas limitados a um terço do total, sendo o restante distribuído entre a própria Eletrobras e o setor elétrico. A questão é: por que a holding deve ficar com um terço desse dinheiro? Para incentivar os investidores privados a se interessarem pelo papel da empresa?

O governo tem consciência de que a Eletrobras, apesar do controle estatal, tem acionistas privados e, portanto, as decisões sobre seu futuro não podem mais ser monocráticas. O que um acionista minoritário como o Radar 3G fez, ao projetar estimativas de perda a partir da situação atual da companhia, foi chamar a atenção para o fato de que ela não pertence apenas ao Tesouro. "A lógica de privatizar e todo mundo sair ganhando pressupõe a 'descotização'", observa um técnico do governo.

Ainda não há consenso também sobre a renovação das concessões das usinas, se deve ser feita por meio de leilão ou não. Há mais de uma possibilidade na

mesa. "Em vez de fazer o leilão [de renovação das concessões], a Eletrobras pagaria à União a renovação das usinas, incorporando o um terço [da descotização] ao longo do tempo", defende um participante da modelagem.

Outro tema é Itaipu. Ninguém em Brasília sabe afirmar com 100% de certeza a quem pertence a usina, se à Eletrobras ou à União. Além disso, a geradora é uma binacional dos governos do Brasil e do Paraguai. A tendência é que esse ativo não seja privatizado num primeiro momento.

A Eletronuclear, por sua vez, representa um peso para a Eletrobras. Já foi investida a incrível soma de R\$ 8,5 bilhões na construção da usina de Angra 3. Se for decidida a interrupção da construção, a holding terá que enterrar mais R\$ 1,5 bilhão na usina. Se resolver concluir o projeto, será obrigada a desembolsar algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. Por razões óbvias, esta fábrica de prejuízos ficará de fora da privatização.

A princípio, no modelo de venda da Eletrobras por meio de diluição do capital, os acionistas teriam que integralizar valores vultosos, para também não serem diluídos e, assim, poderem assumir o controle da empresa. O governo alega que essa é uma questão de preço, e este será definido pela superação das divergências mencionadas e, conseqüentemente, pelas decisões a serem tomadas até o momento da diluição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Usinas da Eletrobras devem render menos de R\$ 10 bi ao governo, projeta ministério

O secretário-executivo do ministério de Minas e Energia (MME), e ministro interino, Paulo Pedrosa, afirmou ontem que a previsão de arrecadação do governo com a venda das usinas antigas da Eletrobras que operam sob regime de cotas será menor que R\$ 10 bilhões. A projeção será entregue esta semana pelo **Ministério de Minas e Energia** ao Ministério do Planejamento, para a composição do cálculo de Orçamento da União.

"É um número que estamos formalizando ao Ministério do Planejamento. Essa é uma projeção que está sendo feita para efeito da composição de Orçamento da União, que não é a minha área de competência", disse Pedrosa, após participar da abertura do Brazil Wind Power, principal evento do setor de energia eólica do país.

Questionado por jornalistas sobre se a previsão de arrecadação pelo Tesouro com a venda das usinas da Eletrobras seria de R\$ 20 bilhões, ele disse que o

montante seria "menor que a metade" desse valor. O valor de R\$ 20 bilhões foi uma expectativa apresentada pelo ministério para o valor total de bônus que seriam arrecadados pela venda das usinas.

Pedrosa contou ainda que a proposta que será encaminhada ao Planejamento prevê a divisão dos valores arrecadados com a venda das usinas em um terço para o Tesouro, um terço para a Eletrobras e um terço para o consumidor de energia, via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Ele lembrou que na proposta de privatização do controle da Eletrobras, em estudo pelo ministério, a companhia poderá usar o montante que resultará da emissão de ações para recomprar essas usinas, pagando um bônus pela recompra. Desse bônus é que os recursos seriam repartidos em um terço. A participação destinada ao Tesouro seria inferior a R\$ 10 bilhões.

Sobre a emissão de ações pela Eletrobras, Pedrosa disse ainda que a União poderá fazer uma emissão secundária para levantar mais recursos com a venda de ações da companhia. "Nesse modelo de emissão a União seria diluída. E a União poderia optar por fazer uma emissão secundária e levantar dinheiro adicional com suas ações, mas preservando a golden share", completou.

Pedrosa contou ainda que há quatro grandes grupos, nacionais e internacionais, interessados no leilão de quatro hidrelétricas da Cemig que tiveram a concessão encerrada. O leilão está marcado para 27 de setembro.

Ele, porém, disse que o governo está aberto ao diálogo com a Cemig, que tenta encontrar uma forma de ficar com a concessão de três dessas usinas (Jaguara, Miranda e São Simão). Um eventual acordo depende principalmente de dois pontos: o governo não abre mão de arrecadar com a venda das usinas, para o ajuste fiscal, e é preciso que o acordo seja compatível com algo previsto no marco legal.

"A solução construída [com a Cemig] pode não ser uma solução para o conjunto das usinas. A própria Cemig entende que Volta Grande já teve duas renovações e não estaria dentro desse pacote ", afirmou. "Se houver convergência e houver a possibilidade, a solução pode passar pelo cancelamento parcial do leilão. Volta Grande com certeza irá a leilão". Pedrosa disse, no entanto, que o plano "A" do governo continua sendo leiloar as quatro hidrelétricas.

Sobre a necessidade de contratação de energia nova, por meio de leilões, o secretário destacou que o conjunto de medidas adotadas pelo governo para "enxugar" a expansão da oferta de energia futura, retirando o volume de energia que não se concretizará, ultrapassa 3,2 gigawatts (GW) médios.

Esse montante não significa dizer que será necessário ser integralmente recontratado nos leilões, mas ele será retirado da previsão de demanda futura das distribuidoras, que poderão ter necessidade de nova contratação de energia nos próximos leilões.

Ele disse ainda que, além dos leilões A-4 e A-6 (com início de entrega de energia em 2021 e 2023, respectivamente), previstos para dezembro, o governo pretende fazer um novo A-4 em fevereiro ou março do ano que vem, e um novo A-6, no segundo semestre de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel divulga minuta de edital para leilão de transmissão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou ontem a minuta de edital, que entrou em audiência pública, para licitar 11 lotes de linhas de transmissão. O leilão está previsto para 15 de dezembro. Os projetos, incluídos no Programa de Parceria de Investimento (PPI), preveem a contratação de R\$ 8,805 bilhões e geração de 17,9 mil empregos.

O cronograma da licitação indica que a assinatura dos contratos de concessão ocorrerá em 9 de março de 2018 com os vencedores da disputa. A partir de então, começará a contagem do prazo de 30 anos de concessão para construir as linhas e as subestações do projeto e prestar os serviços de operação e manutenção na nova rede.

Os 11 lotes de transmissão estão distribuídos por dez Estados. Serão declaradas vencedoras as empresas que, individualmente ou reunidas em consórcio, apresentarem a menor proposta de receita anual. Na versão final do edital, a Aneel listará os valores máximos de receita de cada lote.

Os maiores empreendimentos do leilão, com investimento superior a R\$ 1 bilhão, serão oferecidos nos quatro primeiros lotes. Estes projetos terão prazo maior para construção, de 60 meses.

O Lote 1 prevê a linha que atenderá o Paraná com investimento de R\$ \$ 2,017 bilhões e geração de 4,034 postos de trabalho. O projeto do Lote 2 passará por Piauí e Ceará, com R\$ 1,061 bilhões de investimento e 2.123 empregos. O Lote 3, no Pará e em Tocantins, inclui R\$ 2,773 bilhões em investimento e 5.547 empregos. Já o Lote 4, em Tocantins e na Bahia, projeta o aporte de R\$ 1,396 bilhão, com 2.792 postos de trabalho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniela Chiaretti | De Brasília****Título: Ibama vê risco diplomático em exploração no Norte**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) pedirá a interlocução do Itamaraty com os governos da Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela e arquipélagos do Caribe quanto aos planos da empresa francesa Total de explorar petróleo na foz do rio Amazonas. Os estudos de licenciamento ambiental rejeitados pelo Ibama na segunda-feira indicam "potenciais riscos transfronteiriços" na atividade no caso de vazamento.

Esse é o principal ponto que pode frear os planos da Total de perfurar no mar em frente à Amazônia. Em junho, é bom lembrar, o governo do presidente francês Emmanuel Macron anunciou a intenção de o país proibir novas explorações de petróleo na "França metropolitana e ultramar".

Os técnicos do Ibama lembram no parecer enviado à presidente Suely Araújo que a "modelagem apresentou possibilidade de toque" em Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Barbados, Guiana e Trindade e Tobago, "além de impacto sobre águas jurisdicionais da Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e outros". O Ibama não teve retorno sobre as providências pedidas anteriormente à empresa.

Suely acatou as considerações de sua equipe técnica. Foram listadas dez pendências não respondidas pela Total, na terceira tentativa da empresa de aprovar o licenciamento ambiental na foz do Amazonas. A presidente do Ibama deu um ultimato à petroleira. "Caso o empreendedor não atenda aos pontos demandados pela equipe técnica mais uma vez, o processo de licenciamento será arquivado."

O Ibama rejeita a habitual reclamação de empreendedores de que o licenciamento ambiental sempre atrasa. "O que há são estudos de impacto ambiental inadequados", diz um técnico. Nos últimos quatro meses, o Ibama aprovou dez licenças no setor de petróleo e gás, exigindo as compensações necessárias para evitar o risco ambiental.

Esta semana foi dada licença para a plataforma 69, da Petrobras. A autorização à P 66, no pré-sal, foi concedida 41 dias antes do prazo. A licença de operação para teste de longa duração no campo de Libra tinha prazo de seis meses para ser concedida e saiu em menos de três meses.

O outro ponto fraco da intenção da petroleira Total é que a extração prevista está a 28 quilômetros de um sistema de corais únicos no mundo e pouco estudado. "Temos 95% deste bioma a ser descoberto. Não há condições de se fazer uma exploração de petróleo em área de enorme biodiversidade e ainda desconhecida", afirma Ricardo Baitelo, coordenador de clima e energia do Greenpeace.

A ONG fez as primeiras imagens do sistema de corais e está à frente de grande campanha contra a exploração de petróleo na região. Os ambientalistas do Greenpeace encomendaram uma análise do EIA-Rima da Total a consultores externos. O **Valor** teve acesso a alguns destes pontos.

Entre os vários destaques, os especialistas apontam a ausência de infraestrutura de resposta no Amapá, no caso de um vazamento - o único equipamento disponível para conter petróleo no mar estaria no Rio de Janeiro e levaria dez dias para chegar à costa do Amapá. A empresa também não apresentou plano alternativo ao uso de dispersantes químicos para contenção de petróleo no caso de um derramamento na região do recife, conforme solicitado pelo Ibama.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Veto à perfuração de poços no Amazonas preocupa setor

O novo veto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) às atividades de perfuração marítima da Total na bacia Foz do Amazonas liga o sinal de alerta para ao menos outras sete empresas que possuem concessões na região.

Na avaliação de especialistas consultados pelo **Valor**, embora seja uma sinalização negativa para as petroleiras, a posição do órgão ambiental não chega a comprometer a 14ª rodada, de setembro, mas lança incertezas sobre o leilão do ano que vem, que promete retomar a oferta de áreas na margem equatorial.

O Ibama rejeitou esta semana, pela terceira vez, o estudo de impacto ambiental da petroleira francesa e ameaçou arquivar o processo, caso a multinacional não resolva as pendências. As petroleiras queixam-se há anos da demora na definição sobre o licenciamento e temem que o posicionamento mais recente do órgão ambiental sobre os blocos operados pela Total dê o tom das análises dos demais licenciamentos em curso.

A 11ª rodada da Agência Nacional de Petróleo (ANP), realizada em 2013, negociou 12 blocos exploratórios na bacia Foz do Amazonas, mas nenhum poço foi perfurado nas concessões até hoje, quatro anos após o leilão. Além da empresa francesa, a britânica BP e a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) também possuem pedidos de licença abertos há mais de três anos no Ibama para perfurar poços na região.

PetroRio, BHP Billiton e Ecopetrol são outros exemplos de petroleiras que operam na bacia, enquanto a Petrobras e a japonesa JX Nippon possuem fatias minoritárias e também acompanham de perto os desdobramentos.

O veto do Ibama acontece às vésperas da 14ª rodada de blocos exploratórios, da ANP, prevista para 27 de setembro, e destoa dos recentes sinais positivos emitidos pelo governo, que anunciou nos últimos meses a flexibilização da política de conteúdo local e a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás).

Para o sócio da Souza Cescon, Rafael Baleroni, o revés da petroleira Total no licenciamento ambiental não chega a comprometer as expectativas de sucesso em torno da licitação do mês que vem, mas joga um sinal de alerta para a 15ª rodada, de 2018, que voltará a ofertar concessões na bacia Foz do Amazonas.

"A incerteza no licenciamento ambiental já era um risco sabido, não se pode dizer que a é uma grande surpresa a expectativa de dificuldade nos licenciamentos. Já para a 15ª rodada, será importante dar uma sinalização sobre o futuro do licenciamento nas áreas da margem equatorial", diz Baleroni.

Diretor da Accenture Strategy Energy, Matheus Nogueira, também acredita que os problemas no licenciamento na Foz não comprometem a 14ª rodada, já que o leilão está mais focado na oferta de ativos na margem leste do litoral, em áreas como Santos, Campos e Espírito Santo. Ele, contudo, acredita que, independentemente do sucesso ou não da rodada deste ano, o processo de licenciamento no país precisa ser aperfeiçoado.

"Apesar de os esforços do governo estarem na direção correta [como a extensão do Repetro e flexibilização do conteúdo local], ainda há muito o que evoluir. É importante que se pense na simplificação do processo de licenciamento", diz Nogueira. "Muitas vezes existem redundâncias nos pedidos das diferentes instâncias, o que alonga prazos. Não se trata de reduzir exigências, mas simplificar e elevar a eficiência do processo."

O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) classificou como "preocupante" a decisão do Ibama de rejeitar os estudos de licenciamento da Total. A entidade destacou,

no entanto, que a manifestação do Ibama não é definitiva e que a exploração de petróleo na região, portanto, não está negada.

"O instituto considera a sinalização do órgão ambiental preocupante, pois impacta os blocos licitados na 11ª rodada de 2013 que ainda aguardam licenciamento, principalmente na margem equatorial", esclareceu o IBP, em nota.

A Total, por sua vez, informou ter recebido o pedido de mais informações em relação ao processo de licenciamento ambiental. E acrescentou que o processo continua em andamento e que analisará o pedido de informações técnicas feito pelo órgão ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ligia Guimarães | De São Paulo

Título: Decreto favorece grilagem e garimpo ilegal na reserva, afirmam ambientalistas

O novo decreto que define as regras para mineração na Reserva Natural do Cobre e Associados (Renca) é "tímido" e insuficiente para impedir que a área vire alvo fácil para o garimpo ilegal, o desmatamento e a grilagem de terras na Amazônia, preveem ambientalistas. Na prática, um território de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá, de tamanho equivalente ao Espírito Santo, terá trechos de sua área - cerca de 30% do total - abertos à pesquisa e atividade minerária. A consequência direta, dizem os críticos, será colocar em risco a proteção da floresta e das populações indígenas da região, especialmente com a contaminação de mercúrio.

"O novo texto mantém a extinção da Renca. A diferença é que tenta deixar explícitos cuidados ambientais cuja menção era tênue no decreto anterior", diz a ONG ambiental WWF-Brasil, que afirma que os cuidados mencionados no novo decreto são nada além do que já prevê a lei ambiental.

Pressionado pela repercussão negativa em torno do decreto que extinguiu a reserva na semana passada - e foi alvo de críticas de artistas e ambientalistas. A modelo Gisele Bündchen classificou o decreto como uma "vergonha". Em resposta, o governo divulgou nota para afirmar que a reserva "não é um paraíso como querem fazer parecer" e anunciou esta semana um novo texto. "Mais parece um esforço de retórica para fugir às críticas", diz Jaime Gesisky, especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil. Em apenas três dias, mais de meio milhão de pessoas assinaram o abaixo-assinado "Impeça que a Amazônia vire um deserto", criado em reação ao texto. De novidade no novo decreto, o

WWF vê só a criação do Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca.

A área era vedada à extração de minérios desde a década de 1980, por iniciativa dos militares, e tem potencial para exploração de ouro, ferro, manganês e tântalo. "**O ministro [de Minas e Energia, Fernando Coelho]**, na sua fala, praticamente, disse para os garimpeiros irem para lá que tem ouro", critica Nilo D'Avila, diretor de Campanhas do Greenpeace, que diz que a incidência de garimpo ilegal vem crescendo nos últimos cinco anos.

E embora o Planalto tenha argumentado que as críticas resultam de "confusão" e a liberação facilitará a fiscalização, especialistas preveem a incidência maior de garimpeiros e grileiros. "Infelizmente não existe só a mineração industrial. Você fala que a área está liberada, tem ouro e é terra de ninguém, em pelo menos em 500 mil hectares. O que move o garimpeiro é a busca pelo Eldorado, e o ministro falou que o Eldorado é na Renca", diz. Para D'Avila, a sociedade civil tem ficado totalmente de fora das decisões ambientais do governo Temer, sendo notificada por decretos, enquanto investidores têm voz ativa e são comunicados antecipadamente. "Com Renca ou sem Renca é obrigação do governo proteger a integridade física dos povos indígenas e do seu território".

O WWF-Brasil diz que não é contrário a atividades econômicas na Amazônia, desde que elas ocorram de modo a garantir a integridade das áreas protegidas e o interesse das populações tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas. O atual governo, diz, "é incapaz de fazer neste momento uma mobilização que agregue os setores econômico e ambiental em torno de um projeto sustentável para a Amazônia", disse Mauricio Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Governo deve engavetar mineração em fronteira

O governo Michel Temer (PMDB) deve engavetar, ao menos por ora, os planos de permitir a mineração em zona de fronteira. A ideia vem sendo discutida há meses no **Ministério das Minas e Energia (MME)**. Mas a enxurrada de críticas que o governo recebeu por ter liberado para as mineradoras a área da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), na Amazônia, colocou o tema das fronteiras em stand-by.

Pai do ministro Fernando Coelho Filho, o senador Fernando Bezerra de Souza Coelho (PSB) é relator do projeto de lei 398 que trata exatamente de flexibilizar

regras para permitir pesquisa e lavra de recursos minerais em terras na faixa de fronteira. O texto tramita desde 2014 no Senado. O senador foi procurado pelo **Valor**, mas não houve retorno.

Duas pessoas ligadas ao ministério disseram ontem que "não há clima" para discutir o tema, depois da repercussão negativa na Renca.

As duas mudanças vinham sendo tratadas no ministério como iniciativas para elevar a produção mineral brasileira, atrair novos investimentos e revigorar o setor.

Em fevereiro, em entrevista ao **Valor**, Eduardo Ledsham, presidente do Serviço Geológico do Brasil, disse que o órgão - vinculado ao MME - tinha sido encarregado de iniciar pesquisas sobre ocorrências minerais na faixa fronteira para dar informações a mineradoras quando as restrições de investimentos fossem revistas.

Ao falar do potencial em algumas áreas da fronteira brasileira, Ledsham - que fez carreira na mineradora Vale - citou como exemplo a região chamada de Cabeça do Cachorro, no Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela. "É um ambiente polimetálico, com nióbio, cobre, tântalo e ouro. Mas hoje tem a restrição da mineração em zona de fronteira", disse.

Com uma agenda de reformas para o setor da mineração, uma equipe do MME apresentou em março em Toronto, Canadá, na Prospectors and Developers Association (PDAC), os planos em relação a fronteiras e à Renca. Após o evento, ao falar especificamente da Renca, Vicente Lôbo, secretário de Geologia e Mineração do ministério disse que a reação de empresas e investidores tinha sido "extremamente positivas".

O governo acabou concentrando com as mineradoras a discussão sobre sua pauta liberalizante, não fez um debate amplo e foi surpreendido pelas críticas. Por isso, a avaliação agora é que não vale a pena criar mais desgaste com a questão da fronteira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Estudo defende duplicar investimento em infraestrutura

O Brasil vai precisar duplicar os investimentos em infraestrutura como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos 20 anos para alcançar um patamar satisfatório em termos de serviços no setor, projetam os

economistas Cláudio Frischtak e João Mourão em trabalho realizado sob encomenda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Se continuarmos a investir o que viemos fazendo em anos passados, nunca o país irá se aproximar de um estado de modernidade", disse Frischtak.

Na média anual de 2001 a 2016, o Brasil investiu, em média, 2,03% do PIB em infraestrutura. Para atualizar o setor, será preciso investir 4,15% do PIB, a partir de 2017 e por 20 anos. Dessa forma, o estoque de capital em infraestrutura no país, que em 2016 situou-se em 36,2% do PIB, poderia chegar a 60,4% do PIB. Esse percentual foi considerado como o "estoque alvo" agregado para a modernização da infraestrutura no país. Significa que há um "hiato" de 24,2% do PIB entre o estoque de investimentos em infraestrutura de 2016 e a meta a ser alcançada em 2037.

O estudo é dividido em duas partes: a primeira faz uma estimativa do estoque de capital investido em infraestrutura no Brasil e a segunda parte apresenta uma abordagem setorial. O objetivo foi medir o estoque de capital em infraestrutura no país desde 1970 e analisar a distância que o país ainda tem em relação ao que se pode considerar uma infraestrutura de qualidade, embora ainda não em um grau do que Frischtak chama de "fronteira" (excelência).

No saneamento, por exemplo, a "fronteira" em infraestrutura está no Japão, enquanto nas telecomunicações essa condição é encontrada na Coreia do Sul, comparou. O levantamento considera números do Ipea entre 1970 e 2000 e dados da Inter B., a consultoria do economista, entre 2001 e 2016.

O trabalho levou em conta o estoque de capital em quatro segmentos: transportes, energia, telecomunicações e saneamento. O setor mais distante do estoque-alvo é o de transportes. O setor precisa mais do que duplicar o estoque de capital, o que demandaria triplicar os investimentos feitos nos últimos anos, investindo-se quase 1,29% do PIB a mais do que já se investe para alcançar a meta em 20 anos.

O saneamento demandaria investimentos duas vezes e meia maiores do que a média de 2001 a 2016. Em energia elétrica, haveria necessidade de investir em média 1,05% do PIB ao ano, aumento anual de 0,44 ponto. Em telecomunicações, bastaria expandir a média anual de investimento em 0,14% do PIB, dizem os autores.

"O esforço adicional de no mínimo 2% do PIB será do setor privado, dado o esgotamento fiscal do Estado", avaliou Frischtak. Ele disse que, para chegar a esse alvo, um novo governo, a partir de 2019, terá que fazer um grande esforço. Disse que uma das medidas importantes, para dar segurança aos investidores, é

garantir a independência das agências reguladoras em relação às indicações políticas.

"Não acho que o financiamento seja um problema, dinheiro existe, desde que os projetos de infraestrutura sejam razoavelmente bons. O que é preciso haver é segurança jurídica, previsibilidade regulatória e modelos sustentáveis", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Lynn Cook, Bradley Olson e Alison Sider | Dow Jones Newswires, de Houston

Título: Destruição do Harvey é desafio para setor de xisto

O furacão Harvey, a mais forte tempestade tropical a atingir o Texas em meio século, paralisou boa parte da produção de xisto do Estado, reduzindo a oferta de petróleo dos EUA em até 15%. Agora, nesse que é o primeiro grande teste à produção americana de xisto, a grande questão é a rapidez com que o setor vai se recuperar.

Antes de a Harvey atingir o continente, na sexta-feira, muitos grandes produtores de xisto dos campos de Eagle Ford, perto de Corpus Christi (Texas), fecharam seus poços de petróleo e gás e as estimativas iniciais de perda de produção estavam entre 400 mil e 500 mil barris/dia.

Agora que a devastação causada pelo furacão ficou mais clara, analistas afirmam que é quase certo que uma boa parte, senão a maior, da produção diária de 1,4 milhão de barris foi interrompida.

Os produtores de xisto também dependem de uma vasta e multibilionária infraestrutura de energia - de portos a ferrovias e oleodutos - que foi desenvolvida nos últimos anos ao longo da costa do Texas. Muitas partes dessa rede parecem ter sido inundadas.

O preço do petróleo WTI caiu 2,7% na segunda-feira e mais 0,3% ontem, para US\$ 46,44 o barril, em grande parte porque muitas refinarias estão fechadas em razão da tempestade e não precisam comprar petróleo.

A questão da infraestrutura poderá tornar mais lenta a recuperação do xisto. No passado, furacões já prejudicaram o setor de energia do Texas ao desativar plataformas marítimas no Golfo do México; mas em muitos casos, uma vez passadas as tempestades, essas instalações podiam voltar a operar rapidamente.

"O efeito sobre o xisto poderá demorar dado o nível catastrófico das inundações, que interferem na logística", disse Benny Wong, analista do Morgan Stanley.

O boom do faturamento hidráulico (fracking, em inglês) no Texas fortaleceu o papel do Estado na economia dos EUA, o que significa que se os campos de petróleo e a infraestrutura circundante ficarem desativados por muito tempo, isso poderá ter impacto econômico muito grande para o Estado e eliminar US\$ 20 bilhões ou mais do PIB dos EUA, segundo Joe Brusuelas, economista-chefe da RSM.

O campo de xisto de Eagle Ford no sul do Texas produz 1,4 milhão de barris/dia, uma produção que no Estado só perde para a da Bacia Permiana do Oeste do Texas. Não houve uma tempestade dessa magnitude desde o boom na exploração de xisto há uma década.

Danos provocados pelo vento e a água, além da interrupção do fornecimento de energia elétrica, afetaram uma área de milhares de quilômetros quadrados com chuvas torrenciais e devastaram uma grande faixa do litoral, interrompendo o fluxo de até US\$ 800 milhões por dia em receita do setor de energia, afirmam analistas.

Corpus Christi e Houston são os dois maiores pontos de exportação do petróleo americano.

Com a devastação causada pelo furacão ficando clara e as empresas confirmando que suas operações foram paralisadas, agora está claro que uma boa parte - senão a maior - da produção de petróleo da região foi interrompida.

A ConocoPhillips, uma das maiores produtoras da área, fechou seus poços antes da passagem do furacão. Normalmente a companhia produz 130 mil barris/dia em Eagle Ford. Outros grandes produtores da região, como a EOG Resources e Chesapeake Energy, reduziram a produção ou suspenderam completamente suas operações, segundo analistas.

E EOG não quantificou a paralisação de sua produção, mas a companhia disse que está trabalhando para retomar as operações "onde for seguro fazer isso".

A Chesapeake disse que "embora seja prematuro especular sobre o impacto definitivo sobre nossa produção, antecipamos que os volumes serão contidos até que as refinarias da Costa do Golfo e de Houston voltem a operar".

A reinicialização dos poços não é uma garantia de que eles produzirão no mesmo ritmo anterior, disse Tony Sanchez, presidente da Sanchez Energy, que opera em Eagle Ford, antes da tempestade. A preocupação, segundo ele, é que

os poços de xisto, uma vez fechados, possam perder pressão. "Não se trata apenas de desligar um interruptor. Há um risco significativo de esses poços não retornarem aos níveis anteriores."

O mercado pode estar subestimando o impacto da tempestade Harvey porque uma inundação dessa magnitude nunca atingiu a indústria do xisto antes, diz Giovanni Staunovo, analista de commodities da UBS Wealth Management. "Não há uma comparação histórica."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Erwin Seba | Reuters

Título: Tempestade também ameaça refinarias na costa da Louisiana

O volume recorde das chuvas e das enchentes provocadas por Harvey levaram mais refinarias de petróleo a interromperem a produção no Texas ontem. Com isso, chega a mais de 16% o total da capacidade americana de refino desativada, num momento em que a tempestade se encaminhava para unidades de produção ao longo do litoral do Estado de Luisiana.

Na medida em que a tempestade subia a Costa do Golfo do México, surgiram episódios de escassez de abastecimento, com os principais oleodutos de gasolina, diesel e querosene de aviação começando a ajustar ou fechar completamente o fluxo devido à falta de produto.

Cerca de 3 milhões de barris/dia da capacidade de refino dos EUA já tinham sido fechados, e previam-se mais desativações. A reativação de unidades, mesmo sob as melhores condições, pode levar uma semana ou mais.

A Costa do Golfo do México americana abriga quase metade da capacidade de refino do país, com cerca de 5,6 milhões de b/d de capacidade instalados no Texas e 3,3 milhões de b/d na Luisiana.

Preveem-se novos fechamentos de refinarias, uma vez que determinadas áreas do Texas receberam mais do que 1.220 mm de chuva. Estima-se que os preços dos combustíveis continuem subindo, já que a capacidade de refino continua baixa e os oleodutos, parcialmente ociosos. O Oleoduto Explorer, que vai do Texas até Chicago, previa fechar duas de suas linhas na manhã de hoje.

"Essas desativações já estão impactando os mercados; os preços do petróleo bruto estão caindo diante da redução na demanda, enquanto os preços da gasolina aumentam em resposta à retração da oferta", disse Sandy Fielden, diretor da Morningstar.

O Oleoduto Colonial, a principal artéria de transporte de gasolina para a Costa Leste, ainda fazia remessas do produto, mas enfrentava enchentes em pontos de origem no Texas.

O nordeste do país já enfrentava ontem uma redução na oferta. A Philadelphia Energy Solutions, a maior refinaria da região, disse ter vendido todos os seus barris de gasolina disponíveis devido ao aumento da demanda, enquanto a refinaria da Monroe Energy intensificou a produção.

No mercado americano, os contratos futuros de gasolina dispararam 4,15% e fecharam a US\$ 1,7833 por galão - nível mais alto desde 31 de julho de 2015.

"O Harvey vai elevar os preços do produto em todo o país, reduzindo a demanda, principalmente em setembro", avalia o Barclays.

Os preços da gasolina no varejo já começaram a subir; a média do galão (3,785 litros) de gasolina aumentou US\$ 0,01 à noite, para US\$ 2,38 nacionalmente. O preço médio no Texas subiu US\$ 0,02, para US\$ 2,19 o galão.

A Marathon Petroleum estava fechando duas refinarias na região de Houston ontem devido à enchente. A Galveston Bay Refinery, de Texas City, 72 km ao sul de Houston, que produz 459 mil b/d, teve seu pátio de reservatórios e as ruas das proximidades inundados, segundo fontes.

A Exxon fechou sua refinaria de Beaumont, de 362,3 mil b/d, no leste do Texas, devido ao alto nível de água na unidade. A companhia tinha fechado horas antes a produção de sua refinaria de Baytown, no Texas, a segunda maior do país.

A Motiva Enterprises pretendia decidir ontem se fecharia ou não sua refinaria de Port Arthur (Texas) a maior do país, segundo fontes a par das operações da unidade.

A partir da tarde de ontem a Total reduziu a produção ao mínimo em sua refinaria de Port Arthur, que normalmente produz 225,5 mil b/d, segundo as fontes. **(Colaboraram Jarrett Renshaw e Devika Krishna Kumar, de Nova York)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Venda de fatia na Braskem

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem, em evento, que a companhia só venderá sua fatia minoritária no capital da petroquímica Braskem se o acordo de acionistas com o grupo Odebrecht for revisto. "Estamos dispostos a vender nossa participação na Braskem, mas só vamos fazer isso se tivermos condições de rever o acordo de acionistas. Ter um prêmio de controle é muito importante [para o processo de desinvestimento da petroquímica]", afirmou o executivo, durante entrevista para a rádio CBN. Recentemente, as duas empresas informaram um plano de revisão do acordo de acionistas da Braskem até o início de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Mais dez grupos mostram interesse na Light

Mais de dez empresas já demonstraram interesse e adquirir informações sobre a Light, cuja fatia do bloco de controle, incluindo a participação da Cemig, está à venda, de acordo com uma fonte com conhecimento direto do assunto. Os destaques entre os interessados, explicou, são os grupos Enel e Equatorial, além de empresas do mercado de capitais, como fundos, que poderiam contratar gestores especializados para tocar o negócio em caso de adquirirem a participação da estatal mineira.

A Cemig abriu na segunda-feira o "data room" (sala virtual de informações) com dados relativos à Light, companhia responsável pela distribuição de energia na região metropolitana do Rio de Janeiro e que possui ativos de geração e participações em empresas do setor elétrico, como a Renova Energia. A previsão é que o "data room" fique aberto por 30 dias.

A Cemig possui 43% da Light, entre participações direta e indireta. Todo o bloco de controle, que inclui a companhia mineira e alguns bancos, soma 52%.

"Mais de dez empresas já demonstraram interesse. Não só as mais conhecidas, como grupos de capital interessados em saber informações da Light. Nesse caso, eles contratariam alguém para tocar o negócio [caso adquirissem a participação na Light]", disse a fonte ao **Valor**.

O dado coincide com a afirmação feita pelo diretor financeiro da Cemig, Adézio Lima, em julho. Na ocasião ele contou que a companhia havia se reunido com 14 potenciais compradores, dos quais 12 haviam demonstrado interesse.

Entre os candidatos, quem tem o maior potencial, segundo a fonte é o grupo italiano Enel, que teria significativo ganho de escala, por ser controlador da Enel

Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), que também atua na região metropolitana e no Norte Fluminense. "Ela [Enel] está com dinheiro e quer investir. E é quem tem maior potencial de gerar valor com o negócio, devido ao ganho de escala."

Comenta-se no setor que haveria um estudo indicando um potencial de geração de valor da ordem de R\$ 300 milhões apenas com a sinergia entre as operações da Light e Enel Distribuição Rio, fora o potencial ganho de eficiência. A fonte, contudo, não confirma esse número.

Além da Enel, os outros dois grupos com potencial interesse na Light são a chinesa State Grid e a brasileira Equatorial Energia. Comenta-se, porém, que a State Grid estaria focada neste momento na consolidação das operações após a aquisição da CPFL Energia, um dos maiores grupos do país. Já a Equatorial demonstrou interesse na Light, no passado. Na época, a Cemig não planejava sair do negócio e não queria aceitar um sócio do setor no bloco de controle.

A fonte ainda brincou que, se a Equatorial adquirir o controle da Light, existe a possibilidade de Ana Marta Veloso voltar ao comando da empresa. Isso porque a executiva teve passagem pela Equatorial no passado.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, concorda com a opinião do mercado de que a Enel é favorita na disputa. "A Enel tem grandes economias de externalidades por fazer fronteira física com a Light, o que faz uma grande diferença", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel veta participação do Bertin no setor por dois anos

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu barrar o grupo Bertin, em processo de recuperação judicial, em novas contratações de projetos no setor elétrico pelos próximos dois anos. A empresa foi penalizada em razão da não entrega de seis usinas termelétricas na Bahia. Segundo a agência, o grupo não implementou 23 empreendimentos contratados, cancelando R\$ 8,2 bilhões de investimentos.

A contratação das seis usinas da Bertin ocorreu em leilões realizados em 2008. Os projetos deveriam estar operando desde 2013. Na decisão, a Aneel indicou que os problemas enfrentados pela Bertin inviabilizaram a entrega do montante de 2.719 mil megawatts (MW) médios anuais ao sistema elétrico. As usinas agregariam a capacidade de 4.619 MW de potência ao parque gerador nacional.

Levantamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relatado ontem pela diretoria da Aneel, informa que a empresa levou o setor a amargar o prejuízo de R\$ 6,25 bilhões somente pela "frustração" de entrega das seis usinas.

O efeito da decisão da diretoria também alcança os sócios controladores, Fernando Antônio Bertin e Reinaldo Bertin, citados nominalmente. A autarquia recomendou ainda, em ofício a ser enviado ao Ministério de Minas e Energia, que seja declarada a inidoneidade do grupo, procedimento que impede empresas de participarem de qualquer licitação em órgãos da administração pública federal.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, informou que um processo semelhante será aberto para penalizar a Abengoa. O grupo espanhol também enfrenta problemas na entrega de projetos do setor, mas no segmento de transmissão. "Não instruímos ainda [o processo contra a Abengoa], mas essa é uma etapa seguinte", disse o diretor.

Rufino confirmou que já tramita na autarquia processo que deve barrar a participação da Isolux nos leilões, mais uma empresa espanhola em dificuldade financeira. O processo já foi remetido à decisão da diretoria.

Na mesma reunião de ontem, o comando do órgão regulador negou o recurso apresentado pela Abengoa contra a decisão de recomendar, ao **Ministério de Minas e Energia**, a retomada de nove linhas de transmissão concedidas ao grupo. A empresa não poderá mais recorrer no âmbito administrativo, apenas por via judicial.

O advogado da Abengoa, Giovani Menicucci, voltou a alegar que a retomada na tramitação do processo foi baseada em liminar judicial que não tratou de questões de mérito. Ele classificou a última decisão da Justiça, contrária ao interesse da empresa, como "precária" e "excepcional".

O representante da Abengoa defendeu que a manutenção dos empreendimentos com a concessionária seria a melhor solução, inclusive para o interesse público, ao impor menor custo e tempo para retomada dos projetos. Se confirmada a cassação dos contratos, os empreendimentos serão novamente submetidos a leilão.

Durante a reunião, Rufino contestou os argumentos da empresa. "Dizer que todos estão do mesmo lado, buscando o interesse público, eu não concordo. (...) Está defendendo o seu próprio interesse, o que é legítimo. Aqui, o interesse público está sendo defendido pela Aneel", afirmou.

O relator do processo, o diretor da Aneel Reive Barros, disse que manter as linhas com a Abengoa prejudicaria o setor como um todo. "Poderá haver um 'efeito dominó' que sairá muito mais caro para os consumidores, indo contra o interesse público e impondo risco a todo o serviço de energia elétrica brasileiro", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem negocia acordo em ação coletiva nos EUA

A Braskem, controlada pela Odebrecht e pela Petrobras, e os autores da ação coletiva movida contra a petroquímica estão perto de um acordo que deve encerrar o processo na Justiça americana. Em concordância com a companhia brasileira, os investidores que a processam pediram a extensão de um prazo processual que venceria hoje por mais três semanas, para garantir a finalização do acordo.

O comando da Braskem, que é acusada por investidores de ter violado as leis do mercado de capitais americano ao ter se envolvido em um esquema de pagamento de propina para obter vantagens na nafta comprada da Petrobras, tem indicado publicamente que o valor da ação é "imaterial".

Investidores liderados pelo fundo de pensão Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust, com sede em Kansas City, disseram em correspondência com data de segunda-feira ao juiz Paul Engelmayer, do Tribunal do Distrito Sul de Nova York, que estão em negociações avançadas com a petroquímica e o acordo pode ser finalizado nos próximos 15 dias.

A ação representa investidores que negociaram recibos de ações (ADRs) da Braskem na bolsa americana entre julho de 2010 e março de 2015. A companhia teria infringido a lei ao divulgar comunicados "falsos e enganosos", omitindo seu envolvimento no esquema de propina. Com consequência, os ADRs teriam sido negociados com preços inflados, alegam os investidores. Os recibos de ações listados na Bolsa de Nova York representam 7% do capital da Braskem.

Em comunicado enviado ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a companhia informou que foi protocolado um pedido de alteração do cronograma previamente acordado, "uma vez que as partes estão engajadas em tratativas para a negociação de um acordo para encerrar referida ação".

Os autores da ação pediram prorrogação até 20 de setembro, mas a expectativa é que um acordo seja submetido à aprovação preliminar da Corte já no dia 15.

A Braskem ressaltou, no documento enviado à CVM, que não houve acordo definitivo até o momento e os termos da negociação ainda são confidenciais. "Qualquer acordo definitivo que possa ser fechado entre as partes estará sujeito a diversas condicionantes, incluindo a sua homologação judicial", informou.

A Braskem admitiu o pagamento de propina no contrato de nafta firmado em 2009 com a Petrobras e acertou, em dezembro do ano passado, um acordo de leniência de R\$ 3,1 bilhões com autoridades no Brasil, Estados Unidos e Suíça, dentro da Operação Lava-Jato. Com o encerramento da ação coletiva, ainda resta como pendência da petroquímica o envio do relatório 20-F referente ao exercício de 2016 à Securities and Exchange Commission (SEC).

MME / ASCOM .